

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Igor Francisco Soares de Souza Ferreira

**CAPITALISMO DEPENDENTE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CATEGORIA
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

Mariana, MG

2019

IGOR FRANCISCO SOARES DE SOUZA FERREIRA

**CAPITALISMO DEPENDENTE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CATEGORIA
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Kathiúça Bertollo

Mariana, MG

2019

F383c

Ferreira, Igor Francisco.

Capitalismo dependente [manuscrito]: considerações acerca da categoria superexploração da força de trabalho / Igor Francisco Ferreira. - 2019.

81f.:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Capitalismo - Aspectos sociais - Teses. 2. Direito e socialismo - Teses. 3. Força de trabalho - Teses. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 330.342.14



FOLHA DE APROVAÇÃO

Igor Francisco Soares de Souza Ferreira

CAPITALISMO DEPENDENTE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Membros da banca

Kathiuça Bertollo - Dra. Serviço Social - UFOP
Rodrigo Fernandes Ribeiro - Dr. Serviço Social- UFOP
Claudio Henrique Miranda Horst - Dr. Serviço Social- UFOP
Raquel Mota Mascarenhas - Me. Serviço Social - UFOP

Versão final

Aprovado em 29 de novembro de 2019

De acordo

Kathiuça Bertollo
Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Kathiuca Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/12/2019, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0028611** e o código CRC **EE1982A6**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204020/2019-63

SEI nº
0028611

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de uma etapa com sensação de que as metas foram cumpridas é sempre gratificante. Entretanto, no fundo, quando se olha para o lado e reflete ao redor, o que se percebe é que em momento nenhum estava sozinho.

Desta forma, gostaria de agradecer em primeira mão a minha mãe Regina, meu pai Francisco e minha irmã Marina; pessoas nas quais me espelho e me inspiro; que desde o início sempre me forneceram todas as bases necessárias para ultrapassar cada objetivo, cada desafio, me lembrando sempre de minha essência. Amo vocês, obrigado por tudo!

Agradeço também aos meus fiéis amigos, antigos: Marques, Matheus, Kelvinn, Nilo, Lucas, que sempre optaram por perguntar e debater sobre como estavam as coisas, a mente, as emoções, as mudanças que ocorrem na fase acadêmica, e o próprio tcc, que agora consagro da melhor forma; estes parceiros são inexplicáveis.

Agradeço com real sinceridade a Hércules, Pedro, Tina e Eliza, que dentre tantos outros, fecharam comigo nesta fase, formando um laço de amizade e cumplicidade, fechamento para além da Universidade. Também a professora Kathiúça, que desde o início se dispôs a me orientar com muita atenção e empenho, se manifestando enquanto uma pessoa de suma importância para as reflexões abordadas neste estudo.

RESUMO

O presente estudo reflete acerca do capitalismo dependente usando como referência as formulações da Teoria Marxista da Dependência. Para tanto, é elaborado dando destaque à categoria ‘superexploração da força de trabalho’. Define como objetivo: refletir sobre o debate contemporâneo acerca da categoria Superexploração da Força de Trabalho a partir de autores ligados à Teoria Marxista da Dependência. Assim, explicita a concepção clássica formulada por Ruy Mauri Marini e as concepções contemporâneas acerca desta categoria, dando ênfase às formulações de Cláudio Katz, Jaime Osório e Adrián Sotelo Valencia.

Palavras-chave: Capitalismo dependente, Teoria Marxista da Dependência, Superexploração da força de trabalho

RESUMEN

El presente estudio reflexiona sobre el capitalismo dependiente utilizando como referencia las formulaciones de la Teoría Marxista de la Dependencia. Para este fin, se elabora destacando la categoría de 'superexplotación de la fuerza de trabajo'. Se define como objetivo: reflexionar sobre el debate contemporáneo sobre la categoría Superexplotación de la fuerza de trabajo de autores vinculados a la Teoría Marxista de la Dependencia. Así, explícita la concepción clásica formulada por Ruy Mauri Marini y las concepciones contemporáneas sobre esta categoría, enfatizando las formulaciones de Cláudio Katz, Jaime Osório y Adrián Sotelo Valencia.

Palabras clave: Capitalismo dependiente, Teoría Marxista de la Dependencia, Superexplotación de la fuerza de trabajo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	(9)
CAPITULO I – O modo de produção capitalista: Considerações a partir da teoria social crítica.....	(10)
1.1 Surgimento e configuração do modo de produção capitalista.....	(11)
1.2 Há Superexploração da Força de Trabalho em Marx?.....	(29)
CAPITULO 2 - A Teoria Marxista da Dependência enquanto marco teórico e político de interpretação e intervenção na realidade.....	(40)
2.1 Considerações iniciais sobre a Teoria Marxista da Dependência.....	(40)
2.2 A concepção clássica da categoria superexploração da Força de Trabalho: Fundamento da dependência.....	(50)
CAPITULO 3 - O debate contemporâneo e as polêmicas acerca da categoria Superexploração da Força de Trabalho.....	(59)
3.1 O entendimento de Claudio Katz.....	(59)
3.2 O entendimento de Jaime Osorio.....	(63)
3.3 O entendimento de Adrián Sotelo Valencia.....	(70)
Considerações Finais.....	(75)
Referências Bibliográfica.....	(81)

INTRODUÇÃO

Nas linhas que seguem apresenta-se uma reflexão acerca do capitalismo dependente evidenciando seus fundamentos a partir da perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Assim, dá-se ênfase à categoria Superexploração da Força de Trabalho (SFT) desde a sua formulação e concepção clássica até o debate contemporâneo que perpassa esta categoria. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que define como *tema*: ‘a categoria Superexploração da Força de Trabalho’. Como *problema*: ‘como se configura o debate contemporâneo acerca da categoria Superexploração da Força de Trabalho a partir de autores ligados à Teoria Marxista da Dependência?’. Estabelece como objetivo geral: ‘refletir sobre o debate contemporâneo acerca da categoria Superexploração da Força de Trabalho a partir de autores ligados a Teoria Marxista da Dependência’ e como objetivos específicos: ‘explicitar o surgimento e configuração do modo de produção capitalista a fim de evidenciar as contribuições da Teoria Marxista da Dependência enquanto marco teórico e político de interpretação e intervenção na realidade’ e “evidenciar os diferentes entendimentos sobre a categoria Superexploração da Força de Trabalho baseado em autores contemporâneos ligados à Teoria Marxista da Dependência. Este estudo perpassa por um caminho bibliográfico que explicita o surgimento e configuração do modo de produção capitalista, bem como as particularidades de sua constituição nos diferentes territórios do globo. Assim, evidencia as contribuições da Teoria Marxista da Dependência e as categorias: dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo. Tal reflexão é feita baseado em autores clássicos e contemporâneos ligados à TMD.

O interesse por construir esta pesquisa e debater este tema surge da intencionalidade deste autor em compreender o papel e lugar dos países latino americanos, principalmente do Brasil, no capitalismo global a partir de suas inserções desiguais em relação aos países de capitalismo central na economia mundial. Desta maneira, foi utilizado o marco teórico da TMD a fim de criar uma conexão interpretativa e explicativa dos fundamentos desta teoria e o contexto contemporâneo de superexploração da força de trabalho.

No primeiro capítulo, em um primeiro movimento reflexivo, busca-se demonstrar alguns elementos centrais do modo de produção capitalista que são indispensáveis para a compreensão de como este sistema se constitui e se perpetua. Em um segundo momento, o intuito é explicitar uma polêmica existente sobre a categoria *Superexploração da Força de Trabalho*: se esta categoria já haveria sido trabalhada por Karl Marx em suas obras e reflexões, ou não.

No segundo capítulo, o objetivo do primeiro item é evidenciar considerações clássicas acerca da Teoria Marxista da Dependência, sua essência e perspectiva de entendimento da realidade. Na sequência, o intuito é explicitar as ideias e interpretação da categoria superexploração da força de trabalho aprofundando o debate sobre a sua essência e constituição enquanto fundamento da dependência.

Seguindo esta linha de raciocínio, o objetivo do terceiro e último capítulo é evidenciar as diferentes concepções acerca da categoria superexploração da força de trabalho a partir de autores contemporâneos ligados à TMD. Mais precisamente falando, o foco está em explicitar as diferentes opiniões e entendimentos dos autores: *Claudio Katz, Jaime Osorio e Adrián Sotelo Valencia* – acerca da SFT.

De forma conclusiva, as considerações finais buscam fazer um apanhado geral das reflexões abordadas no processo de desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, sintetizando uma conexão entre os debates clássicos e contemporâneos da TMD, e minhas apreensões sobre a realidade atual.

CAPÍTULO I – O modo de produção capitalista: Considerações a partir da teoria social crítica.

A intenção deste capítulo é a de promover uma reflexão acerca dos primórdios do sistema capitalista evidenciando o movimento de ascensão da mercadoria enquanto célula central mediadora de todas as relações sociais, suprindo desde as necessidades do corpo às do espírito. Neste mesmo percurso, busca explicitar as determinações gerais deste sistema, ou melhor, as leis gerais capitalistas que permitiram o processo de acumulação de capitais; perpassando assim desde uma perspectiva histórica que representa a transição para este modo de produção à questão das jornadas de trabalho cumprida pelos trabalhadores, submetidos à exploração. Para isso foram utilizados autores como Karl Marx, José Paulo Netto e Marcelo Braz.

Neste capítulo também, se busca gerar uma reflexão em torno da categoria superexploração da força de trabalho, categoria esta que para alguns autores já haveria sido trabalhada por Marx em seus escritos por volta dos anos de 1860. Entretanto, alguns outros autores discordam desta afirmação, evidenciando que a categoria superexploração da força de trabalho é uma categoria formulada e que serve para explicar a particularidade do capitalismo dependente, ou seja, uma particularidade de alguns países, dentre os quais os latino-americanos, uma vez que estão subordinados à condição de dependência em relação aos países de capitalismo central.

Contudo, o objetivo geral desta parte do TCC é o de se pensar acerca do capitalismo, prioritariamente sobre seu surgimento nos países centrais e pensar acerca do desenvolvimento das forças produtivas, para assim promover uma reflexão em torno das particularidades e especificidades em que se institui e se perpetua o capitalismo dependente; nesse sentido, este movimento será feito dando maior atenção à questão da superexploração da força de trabalho nos próximos capítulos.

1.1 – Surgimento e configuração do modo de produção capitalista.

Vivemos atualmente em um mundo organizado pelo modo de produção capitalista, sistema este que perpetua seus ideais por todas e em todas as formas de relações sociais. Antes de mais nada, precisamos explicitar aqui o que constitui uma mercadoria e seu papel fundamental e central neste modelo de sociabilidade.

Tomando como referência as reflexões abordadas por *Karl Marx* em “*O Capital – Vol.1*”, e de *José Paulo Netto e Marcelo Braz* em “*Economia Política – uma introdução crítica*”, entendemos que a mercadoria se constitui enquanto um objeto externo, que busca satisfazer as necessidades humanas de qualquer natureza através de suas propriedades.

A mercadoria por sua vez, possui um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso se caracteriza pela utilidade ou finalidade de um produto, ou melhor, de uma mercadoria, sendo então um conteúdo material da riqueza, um objeto que só pôde ser produzido a partir do intercâmbio entre o homem e a natureza. Já o valor de troca pode ser caracterizado como a relação quantitativa da mercadoria, ou seja, a manifestação de seu valor, no sentido de representar a proporção em que uma mercadoria pode ser trocada pela a outra. Objetivamente falando, o valor de uma mercadoria será medido a partir de uma análise do tempo de trabalho socialmente necessário e dispêndio de energia humana gasta no processo de produção; sendo assim, o valor de troca tem um caráter quantitativo, e de proporção. Segundo MARX (2013, p.100) “*Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor*”.

Entretanto, é extremamente importante ressaltar que uma mercadoria é resultado do produto do trabalho, ou seja, o que gera uma mercadoria é o dispêndio de trabalho humano existente em sua produção, dispêndio este, que acontece a partir de um movimento de divisão social do trabalho, gerado da e na interação das relações sociais desenvolvidas pelos homens.

No entanto, o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como

uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2013, p.99).

Contudo, é de suma importância frisar que só constituem mercadorias os valores de uso que podem ser reproduzidos mais de uma vez, objetos que foram produzidos para a venda e troca, e que de alguma forma satisfazem as necessidades humanas de outrem. Assim sendo, compreendendo os fundamentos básicos da constituição de uma mercadoria, tomemos como referência uma breve explicitação acerca da diferença do modo de produção mercantil simples para o modo de produção capitalista.

A produção mercantil simples é um modelo de produção mais voltado para o trabalho pessoal, orientado pelo sentido de suprir necessidades de consumo pessoais, contendo assim um mercado mais restrito e que prioriza o atendimento das necessidades humanas a partir de uma perspectiva de âmbito local. Apesar de já haver uma intervenção efetiva dos comerciantes, que significativamente intensificou o processo de ampliação das rotas comerciais, neste modelo de circulação o dinheiro serve apenas como meio de troca, cumprindo um papel apenas de intermediário entre mercadorias. Segundo NETTO, BRAZ (2008, p.82)¹, este movimento poderia ser representado pelo seguinte esquema: M – D – M (Mercadoria – Dinheiro – Outra Mercadoria)

O produtor, portanto, não tinha na posse do dinheiro o seu objetivo central: o dinheiro lhe servia exclusivamente como *meio de troca* – o dinheiro funciona aqui como simples intermediação entre mercadorias diferentes. E, na escalada do mercado local, a circulação das mercadorias era restrita: ela passava quase diretamente das mãos do produtor às do consumidor.

Dessa forma, diante do entendimento de que a história se manifesta como um todo em movimento, a expansão da circulação de mercadorias trouxe como resultado um aumento das demandas referente ao consumo das mercadorias, o que acarretou no surgimento de mercados maiores, afastados. Estas expansões, de forma geral, trouxeram ao cenário a inserção dos comerciantes entre os produtores e consumidores, funcionando assim como um intermediário do processo de compra e venda.

O objetivo destes comerciantes não era o de controlar a produção, pois, não se encontravam dentro da esfera produtiva, serviam mais como um elo entre os diferentes espaços

¹ Ver NETTO, BRAZ, 2008, Cap. 3.2 – Produção mercantil simples e produção mercantil capitalista.

e mercadorias. Então, o objetivo destes comerciantes era o de comprar uma mercadoria por um valor mais baixo e vender por um valor acrescido, valor mais alto, ou seja, acrescentavam um dinheiro a mais pelo simples fato de estarem agindo como intermediário entre mercadoria e consumidor. Este fato possibilitou com que muitos destes indivíduos acumulassem lucros; alterando segundo *NETTO, BRAZ (2008)* o esquema original da produção mercantil simples, sendo este agora simbolizado como: $D - M - D+$ (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido); onde o “+” representa o lucro do comerciante.

Por fim, de forma peculiar temos o modo de produção capitalista, este modelo de circulação mercantil tem suas bases visivelmente distintas do modo de produção mercantil simples. Neste sistema a propriedade privada dos meios de produção não está concentrada nas mãos dos produtores diretos, mas sim, está concentrada nas mãos de uma nova figura, o capitalista (burguês); este por sua vez não é quem trabalha, quem produz. O capitalista compra a força de trabalho necessária para produzir determinada mercadoria.

É fundamental para a existência deste modo de produção que as relações sociais entre os homens estejam separadas em duas classes; uma classe de sujeitos que contém a riqueza social acumulada e o dinheiro para que assim possa comprar meios de produção, e outra classe de sujeitos que são cerceados e excluídos do direito de gozo das riquezas sociais, são sujeitos que só obtém como disponibilidade a sua força de trabalho para vender em um mercado conformado pelas relações de compra e venda. Assim, temos de um lado a classe dos burgueses, indivíduos estes que detém os meios de produção necessários ao surgimento de uma mercadoria; e do outro lado a classe do proletário, composta por sujeitos que somente detém a mercadoria força de trabalho.

Dessa forma, surge um modelo de circulação mercantil de forma distinta, pois tem suas bases fundadas a partir do trabalho assalariado – o salário passa ser o pagamento oficial por parte do capitalista ao produtor direto, o proletário – dando início a um sistema de produção de mercadorias baseado na exploração da força de trabalho mediante a um salário, um pagamento. Diferente do comerciante, o lucro do capitalista não se baseia na esfera da circulação, mas sim está fielmente ligado à exploração do trabalho; melhor dizendo, o lucro do capitalista está cravado dentro do processo de produção de uma mercadoria, processo este que está sob seu controle enquanto detentor dos meios de produção.

A circulação capitalista também difere daquela na qual o comerciante é o elo entre produtores (camponeses e artesãos) e consumidores, precisamente porque o lucro capitalista não é criado na esfera da circulação; provindo da esfera da produção, o lucro capitalista exige a continuidade da produção e o seu controle pelo capitalista – nem uma nem outro são decisivos para o comerciante. Se tanto o comerciante quanto

o capitalista têm no lucro o seu único objetivo, para este último o fato de comandar a produção é central (NETTO, BRAZ, 2008, p.83/84).

É no modo de produção capitalista que ocorre um elevado grau de desenvolvimento da produção de mercadorias e um movimento de universalização da relação mercantil. Neste novo cenário tudo se torna objeto de compra e venda, a exaltação da lógica mercantil passa a penetrar por todas as classes sociais, assim há também um aumento expressivo do papel do dinheiro uma vez que passa a ser uma célula central para efetivação das trocas mercantis.

O valor de uma mercadoria está expresso no valor de troca, e a partir do modo de produção capitalista, os metais preciosos como o ouro e prata que antes serviam como valores de troca, agora são convertidos para o dinheiro, que dessa vez aparece como um oficial equivalente universal para representar as relações de troca mercantil. É nítido que o movimento de circulação das mercadorias estava em constante avanço e assim o dinheiro passa a ser visto como meio de pagamento universal ou meio de acumulação de riqueza; é neste cenário que nasce o “preço”, na medida em que todas as mercadorias expressaram seu valor a partir do dinheiro.

Assim sendo, de forma inconsciente entre os homens e com objetivo de regular a produção e a repartição do trabalho, surge a lei do valor, uma espécie de lei que teria como finalidade regular o mercado; baseada a partir da relação do tempo de trabalho necessário investido na produção, com as demandas e necessidades do mercado. A lei do valor age como uma espécie de força externa que redimensiona a produção, como por exemplo encarecendo determinadas mercadorias que estão em falta e barateando determinadas mercadorias que se tem em excesso.

Considerando as reflexões e formulações de *MARX (2013)*, perceptivelmente é a partir deste contexto de elevação da produção e das relações de troca, que a mercadoria irá aparecer aos olhos dos homens com um caráter fetichista, como algo alheio e pronto que os domina, tornando-se a expressão das relações entre os homens. A mercadoria está perceptível aos olhos dos homens como uma coisa natural e objetiva, ocultando e mistificando todo o caráter social do trabalho escondido por trás daquele valor de uso, ou melhor, a mercadoria ao adquirir um caráter fetichista oculta o fato de ser um produto originado do próprio trabalho, se tornando algo externo aos homens. As relações sociais não mais se baseiam entre pessoas ou processos de trabalho e passam a se basear numa relação entre coisas, entre trocas, entre mercadorias

É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens.

Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 122/123)

Segundo NETTO, BRAZ (2008), este novo modo de produção de mercadorias pode ser simbolizado na fórmula: $D - M - D'$, (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido), onde diferentemente da última fórmula de produção mercantil simples, o “ $'$ ” irá representar um valor a mais gerado, a mais-valia². Ou seja, o lucro do capitalista, desta vez é advindo da produção contando diretamente com a intervenção da força de trabalho de outrem. “ $D+$ é dinheiro + lucro; D' de onde sai o lucro do capitalista é dinheiro + *mais-valia*” (NETTO, BRAZ, 2008, p.84).

Este processo de transição do modo de produção mercantil simples para o modo de produção capitalista – que pressupõe o dinheiro enquanto valor de troca – em seu início, culminou em um movimento de acumulação primitiva, sendo esta, a base para o predomínio do sistema capitalista no globo como um todo. Basicamente, a fim de entendermos a acumulação primitiva é preciso pensarmos em um processo de acumulação prévia, uma acumulação de capitais enquanto ponto de partida.

Este movimento de acúmulo de capitais pressupõe uma grande massa de força de trabalho e capital concentradas nas mãos dos produtores de mercadorias. Pressupõe também, como já dito, o *mais-valor*³, e a separação objetiva da sociedade entre dois grupos, de um lado os detentores dos meios de produção e de outro os trabalhadores considerados livres; a intenção neste processo primitivo é conservar e reproduzir em escalada maior esta separação.

Contudo, ainda alinhado às reflexões de (Marx 2013), é de suma importância demarcar o fato de que a estrutura econômica capitalista surge a partir do que restou da estrutura econômica feudal. O trabalhador que por sua vez conseguiu sair da condição de vassalo ou servo durante o período de transição do modo de produção simples para o modo de produção capitalista, agora se encontra na condição de sujeito livre, que só possui sua força de trabalho para ser vendida. É um momento da história (entre o século XV e XVIII) em que os produtores diretos são transformados em trabalhadores assalariados. O movimento de assalariamento aparece ao trabalhador como sendo um momento de libertação, do indivíduo virar dono de si próprio, se tornando agora um sujeito livre para vender sua força de trabalho; em suma, se

² “Aqui, de fato, está contido o lucro do capitalista, mas D' possui uma natureza inteiramente distinta de $D+$: em D' se concretiza a forma típica que o excedente econômico adquire no MPC – excedente apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro e que se denomina *mais-valia (m)*”. (NETTO e BRAZ, 2008, p.97/98)

³ “Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (surplus value)” (MARX, 2013, p.170)

tornam sujeitos livres depois de já terem sido desprovidos de todas as suas garantias de existência e de seus meios de produção, fato que será melhor explicitado no decorrer deste trabalho.

É relevante demarcar que a ascensão da figura do capitalista se dá a partir de uma luta contra o sistema feudal, na qual sujeitos vitoriosos “herdaram” ligeiramente os privilégios dos antigos senhores feudais, o que refletiu em um movimento desde já de subjugação dos trabalhadores; marcando assim o momento de transição da exploração feudal para a exploração capitalista.

Esta transição acontece por meio de um contexto de despojamento de uma massa enorme de pessoas que naquele tempo detinham os meios necessários para a sua subsistência, sujeitos que de forma forçada foram retirados de suas condições de vida e lançadas no mercado de trabalho. Este despojamento se deu a partir de extrema violência, o processo de expropriação das terras que antes eram posse dos camponeses é a base do processo de acumulação primitiva.

Os camponeses se tornaram sujeitos livres e autônomos na medida em que foram expulsos brutalmente pelos senhores feudais de suas terras. Acontece um intenso movimento de usurpação das terras comunais, transformam as terras de lavouras em pastagens. O objetivo do sistema capitalista era transformar meios de produção em capital e isso exigia uma posição subalterna das massas populares dando início a um processo de maior impulso para a expropriação violenta da população, sendo este um período marcado por diversas propostas de reformas no que diz respeito aos acres de terra. A ideia seria diminuir os acres para formar trabalhadores independentes, manobra esta, funcional à reprodução da ordem que dá um impulso inicial para o pauperismo exacerbado que se evidenciou em seguida.

Isto ocorre não só na Inglaterra, mas também em outros países da Europa e América do Norte. Este período constitui-se não só como uma temporada de expulsão das massas populares e camponeses de suas terras já cultivadas, mas também como um momento de privação dos terrenos estatais e da igreja, além do cercamento dos campos abertos por parte dos capitalistas e proprietários fundiários

Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado, apropriado desse modo fraudulento, somado ao roubo das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa (MARX, 2013, p. 519/520).

Com a ajuda do Estado, o processo de criação das leis de cercamento das terras comunais permitia que o capitalista ou proprietário fundiário presenteasse a si mesmo com uma terra que antes era do povo, de determina população ou até mesmo do Estado, reforçando claramente o princípio de transformação das propriedades livres ou de outrem em propriedades privadas; estas leis de certa forma legitimavam os atos de opressão contidos no processo de expropriação do povo.

Este fato promoveu o aumento da oferta de força de trabalho além da elevação da exploração agrícola. Entretanto, estes sujeitos, trabalhadores autônomos, agrícolas, trabalhadores de lavouras, uma vez usurpados, ficaram sem nada, sem nenhuma base de subsistência, como por exemplo a moradia, pois, seus vilarejos foram incendiados ou destruídos. *“Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre”* (MARX, 2013, p. 524).

Ainda, tomando por referência os estudos e formulações de Marx (2013), é de suma importância destacar que a população expropriada, uma vez que destituída de todos os bens e meios de existência, ficou à mercê do nada, e por consequência, muitos converteram-se em assaltantes, mendigos ou nos ditos “vagabundos”. Todavia – voltando-nos para a questão do salário pago a estes sujeitos livres – para que o processo de assalariamento se ramificasse como “obrigação” às classes populares, foi necessário um movimento articulado entre os detentores dos meios de produção e o Estado, que promoveu legislações de caráter sanguinário; leis que tinham o objetivo de estabelecer a compreensão do salário.

Queremos dizer que a adequação forçada dos sujeitos ao processo de trabalho aconteceu por meio de leis destinadas a acabar com a vagabundagem, leis que castigavam os sujeitos por sua própria existência, colocando-os como delinquentes. Estes sujeitos considerados vagabundos eram torturados, queimados, muitas vezes amarrados em carros em movimento ou tinham os membros de seus corpos cortados; além de serem condicionados ao açoitamento e encarceramento. Também, era permitido que fossem escravizados os indivíduos considerados vagabundos. De forma violenta, toda a população foi obrigada a se submeter às diretrizes do trabalho assalariado e a força de trabalho passa a ser vendida e comprada como qualquer outra mercadoria.

Estas leis funcionais à ordem capitalista, com o decorrer do tempo, aparecem como naturais para a classe trabalhadora – leis existentes por si próprias – e é a partir deste movimento de alienação que o sistema capitalista reflete à sociedade a ideia de dependência e naturalidade do trabalho assalariado.

Utilizando o Estado como aparato executivo para criar condições favoráveis para a reprodução do mais-valor, é central apontar que as leis criadas por sistemas legisladores operavam a instituição da exploração na medida em que podiam comprimir salários, rebaixá-los ou até mesmo condenar e torturar indivíduos. Em resumo, as leis permitiam também que os donos dos meios de produção aumentassem ou baixassem os preços das mercadorias, favorecendo a acumulação de capitais e a criação, sob forma violenta e repressiva, do proletário.

Estas condições de expulsão, de adequação forçada e de assalariamento, trouxeram ao cenário o surgimento de um mercado interno para a circulação do capital industrial. A expropriação aumentou significativamente o número de trabalhadores dispostos (diga-se, sem outra opção para manterem-se vivos) a vender sua força de trabalho para a indústria urbana. A captura pelas indústrias dos sujeitos em busca de subsistência e de condições alimentares provocou o estabelecimento e a constituição do proletário industrial; seria este o primórdio da grande indústria, do grande mercado e do grande capital, da produção de manufaturas.

Somente a grande indústria proporciona, com as máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural e consome a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno (MARX, 2013, p.532).

É através da superação da escravização que acontece o processo de industrialização, dando origem a novos modos de relação entre a indústria e o Estado. Aparecem no cenário os sistemas tributários e os sistemas de caráter protecionista. É um período marcado pelo surgimento de sistemas que usam o poder do Estado de forma a atender os interesses do mercado capitalista, do setor privado, desde o poder que perpassam as relações econômicas ao poder de execução, no sentido de promoção de uma violência concentrada e organizada. Surgem também, os sistemas de dívidas públicas, que promovem um endividamento do Estado, sendo estes uns dos mecanismos mais poderosos da acumulação primitiva, na medida em que, dão origem a um sistema internacional de créditos baseados na ideia de empréstimo estatal.

O sistema colonial ao ir se consolidando pós dissolução dos feudos, pressupõe a supremacia comercial acima de todos os interesses populares, afim de impor o predomínio industrial e a produção de mais-valor como única finalidade a todos; movimento este que acarretou não só as expansões comerciais, mas também o comércio marítimo, as guerras coloniais ou guerras comerciais.

De forma objetiva, na acumulação primitiva, todos os meios de produção foram transformados em capital e a massa dos trabalhadores em sujeitos livres e pobres. A escravidão foi camuflada de trabalho assalariado e dentro das indústrias manufatureiras, adultos e crianças

dos diferentes sexos tiveram seus descansos roubados, numa era que legitimava o “roubo de pessoas” de uma forma geral; é toda esta desigualdade e exploração que irá gerar os enormes lucros obtidos por estes fabricantes.

Isto significa a exploração dos produtores diretos, objetivamente falando, os meios de trabalho passam a pertencer a grupos de pessoas de forma privada. Esta expansão do mercado industrial deu início a uma nova forma de desenvolvimento do processo de trabalho, que aparece de forma mais “associativa”, colaborativa entre os trabalhadores e os setores de produção. Esta mudança representa um movimento onde ocorre a intensificação da exploração da força de trabalho, agora em escala mais ampliada, a exploração das terras de forma planejada e funcional à reprodução mercantil, e a expansão da imposição de uma ideia de coletividade, ideia esta, que está fielmente relacionada à imposição de meios de trabalho que só poderiam serem usados de forma coletiva.

Neste momento, capitalistas em consenso com o Estado buscam promover uma conexão, ou melhor um laço entre todos os povos, ligando todos os continentes, territórios à uma rede mercantil mundial, levando a uma nova configuração do processo de trabalho onde não só os trabalhadores diretos são expropriados, mas também os expropriadores passam a ser expropriados por grupos maiores, de maior poder; o que de fato acarretou no aumento da miséria, escravidão, servidão e opressão vivenciada pelos trabalhadores.

É fato que, a mercadoria neste modo de produção se apresenta enquanto célula central das relações sociais, e por sua vez impacta a vida dos seres humanos não só de forma material, mas também no conjunto de seu espírito, de suas necessidades mais gerais. Todavia, este processo de produção e circulação mercantil em desenvolvimento, está fielmente relacionado a uma espécie de lei indomável do ponto de vista político, a lei geral de acumulação capitalista, que abordaremos melhor a seguir.

No ciclo produtivo capitalista, acontece uma divisão do capital entre força viva de trabalho e meios de produção; ou melhor, há um arranjo do próprio capital que pressupõe que haja uma relação entre a proporção do valor dos meios de produção (capital constante) e a proporção do valor da força de trabalho (capital variável) (MARX, 2013), “*essa composição é determinada pela proporção entre massa dos meios de produção empregados e quantidade de trabalho exigida para seu emprego (MARX, 2013, p. 451)*”.

O processo de produção ocorre na medida em que capitais individuais são investidos em determinados ramos da produção, sendo assim, é a média desses investimentos que geram a composição do capital total. Cabe salientar que o crescimento do capital implica no crescimento da força de trabalho viva, ou seja, do capital variável, que gera o mais-valor buscado pelo

capitalista, porém, apesar da produção constante de mais-valor que ocorre no sistema capitalista, é importante destacar o fato de que uma parte deste valor acrescido é depois reinvestido no capital original, movimento este que permite o aumento da produção, e dessa forma proporcionou uma abertura para novos mercados e o surgimento de novas esferas para o investimento de capital.

A partir da lei geral de acumulação capitalista, fica evidente que mudanças na divisão do mais-valor gerado no processo produtivo, podem diretamente alterar a escala de acumulação de capitais. As necessidades contidas no processo de produção e de criação do mais valor – que por sua vez possibilitam a acumulação de capitais – podem ir além do número de trabalhadores disponíveis, assim como o número de trabalhadores disponíveis podem ir além da oferta de trabalho disponíveis. De qualquer forma, o processo de acumulação culmina de forma objetiva na multiplicação do proletário.

Intrínseco ao movimento de acumulação, existe um mecanismo que da mesma forma em que aumenta o capital, simultaneamente, aumenta a massa de trabalhadores assalariados. De forma determinante, este crescimento desenfreado de riqueza e proletários em âmbitos opostos, gera uma imbricação entre o trabalhador e o próprio sistema que o explora, e o aliena, interligando suas necessidades do corpo ou espírito ao processo produtivo capitalista.

Esta lei geral permite uma dominação extensa e intensa, uma vez que a força de trabalho é comprada pelo capitalista com um único objetivo, que é o de promover uma maior valorização do seu capital inicial investido na produção de mercadorias. O intuito do burguês é produzir mercadorias, para tanto requer e compra a força de trabalho do proletariado, e paga por ela um preço inferior ao dispêndio de energia imprimido pelo trabalhador durante o processo de produção.

A força de trabalho, além de reproduzir seu próprio valor como capital, ainda reproduz uma quantia adicional oriunda da relação entre homens e meios de produção; resumidamente, o lucro do capitalista se baseia no trabalho não pago, mediado pelo salário. O aumento ou diminuição dos salários está fielmente relacionado à velocidade do crescimento contínuo da acumulação. Como o objetivo é apenas o mais-valor e a produção de excedentes, a lei geral de acumulação dispensa qualquer que seja a ideia de diminuição na escala de exploração e também qualquer aumento no preço da força de trabalho que implique em uma não produção em escala ampliada.

Contudo, também é de suma importância destacar que na lei geral de acumulação capitalista, o aumento da produtividade do trabalho implica no aumento da massa dos meios de produção. A dinâmica consiste em o trabalhador conseguir operar, cada vez mais, uma

quantidade maior de meios de produção em um tempo estabelecido. O trabalhador é um elo que se soma de um lado com as condições necessárias para o processo de trabalho, tais como: animais, tubulações, etc., e de outro lado, com o intuito do capitalista de explorar cada vez mais matérias primas e processá-las no mesmo espaço de tempo.

Apesar desta dinâmica culminar no crescimento da produtividade do trabalho, culmina também em um procedimento onde os meios de produção crescem em detrimento à diminuição da massa de trabalho incorporada no processo produtivo. Ou seja, acumulação possibilita alterações nos componentes do capital e dessa maneira, aumenta-se o capital constante (máquinas, meios de produção) e diminui-se o capital variável (força de trabalho). De fato, sempre serão alterações que permitam o aceleração da acumulação e nunca um empecilho à elevação da grandeza absoluta.

O movimento é sempre contínuo, cada processo de acumulação permite uma nova acumulação, e assim se multiplica também a massa de riqueza que se converte em capital, além da concentração de capitais nas mãos de capitalistas particulares. Este dinamismo acarreta também no crescimento do capital social total gerado durante o processo produtivo, e conseqüentemente, acarreta também no surgimento de novos capitais independentes que aumentam, por sua vez, o número de capitalistas

Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social se consoma no crescimento de muitos capitais individuais. (MARX, 2013, p.458)

Tratamos aqui não só de uma acumulação simples de capitais, mas de uma acumulação de capitais já formados, constituídos, que permitem a mutação do capital social para um capital individual. Assim, a partir da lei geral de acumulação capitalista também ocorre um processo de centralização de capitais, onde um número elevado de capitais menores são convertidos em um número pequeno de capitais maiores, ou seja, uma expropriação de capitalista para capitalista.

No processo de centralização, os capitais maiores se apropriam dos capitais menores. Ocorre um movimento de unificação, ou melhor, de transformação de processos produtivos antes isolados em processos produtivos maiores, fundidos, criando uma produção em larga escala, produções que passam a serem ordenadas e combinadas. Fundamentalmente, assim se tem o início do uso do sistema de créditos; uma alavanca poderosa para a acumulação que funciona como uma espécie de “fio-invisível” que potencializa as relações econômicas. O

sistema de créditos funciona como um recurso monetário dirigido às mãos dos capitalistas que permite a fusão de capitais individuais em um só capital, aumentando assim a centralização.

Este contexto de relação entre capitais e de exploração do proletariado ocasiona uma movimentação intensa da massa populacional de trabalho, criando uma superpopulação relativa, excedente às necessidades do mercado. Explicitamente, o que ocorre é que o uso da força de trabalho continua aumentando, porém, isso acontece de forma cada vez menor, em menor proporção; aumenta-se a população de trabalho ao passo em que se diminui a absorção de capital variável na produção; assim sendo, surge uma população excessiva, supérflua, ou o que *Karl Marx (2013)* chamou de “*exército industrial de reserva*”.

O alargamento da força produtiva e do fluxo de riqueza promovem simultaneamente o aumento da população de trabalhadores e a ampliação da escala de produção, questões estas que culminam em um movimento dinâmico de atração e repulsão possibilitado pelo excedente de força de trabalho criado pelo próprio capital. De fato, o capital faz da superpopulação relativa uma condição para sua própria reprodução, converte o exército de trabalhadores disponíveis em acumulação capitalista; o movimento de modernização industrial “exige” a conversão de parte da população em mão de obra desempregada, e é assim que a maior ou menor absorção deste trabalhador passa a ocorrer de forma funcional ao sistema capitalista, tornando estes sujeitos “livres” no qual o capital pode ou não dispor.

À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (MARX, 2013, p.464).

Dessa forma, o que se tem como efeito do avanço da produção é um mercado de trabalho cada vez mais superlotado, onde se aumenta a oferta de trabalhadores para além das demandas das indústrias. O resultado disso é uma valorização da força de trabalho em um processo de produção cada vez menor, e isso faz com que os trabalhadores imprimam mais força em condições cada vez mais precárias.

Na medida em que surge uma pressão por parte dos sujeitos considerados desocupados sobre os sujeitos considerados ocupados no mercado de trabalho, mais estes sujeitos inseridos na produção são obrigados a trabalhar. Movimento de pressão este que por sua vez representa uma dependência e imbricação dos trabalhadores aos capitalistas. De forma evidente, o aumento do índice de trabalho está fielmente ligado ao aumento do capital variável, porém, não significa precisamente que se obterá mais trabalhadores ocupados.

A lei geral de acumulação capitalista ao produzir excedente, dá formato ao exército industrial de reserva. Esta superpopulação relativa é classificada de três formas diferentes: a

população flutuante, a latente e a estagnada. A flutuante consiste em uma massa populacional de sujeitos dotados de força de trabalho que em alguns momentos são absorvidos pelo capital, e em outros são repelidos; a latente é constituída pelos trabalhadores rurais, que vivem no impasse ou transição entre o meio rural e o urbano, tornando-se assim sujeitos sempre reduzidos ao salário mínimo e às condições precárias de trabalho; e por fim, a população estagnada que representa um exército de pessoas ativas porém submetidas à irregularidade, são os sujeitos que sua força de trabalho é maiormente dispensada, melhor dizendo, sua qualidade de vida está abaixo do nível médio que vive a classe trabalhadora. Estes – sujeitos que compõem a população estagnada – estão submetidos ao máximo de exploração, submetidos ao máximo de trabalho e ao mínimo de salário, são sujeitos que compõem o pauperismo. Entre estes, estão os indivíduos considerados delinquentes ou vagabundos, prostitutas, os incapacitados e degradados, os doentes e aleijados, os inaptos ao trabalho que muitas vezes são vítimas da própria indústria; em suma, estes seriam considerados o peso morto da superpopulação relativa gerada pelo capital, o lumpemproletariado. *“Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (MARX, 2013, p.471).*

A evolução do capital em escala cada vez maior, implica numa reprodução da miséria cada vez maior entre as camadas da classe trabalhadora; tal evolução pressupõe a acumulação de riqueza em um polo e da miséria em outro polo. Dessa forma, os trabalhadores tornam-se sujeitos alienados ao processo de trabalho, são sujeitos parciais que se tornam reféns da produção e da ciência, esta última, que aparece a estes indivíduos como um poder que exerce sua força de forma autônoma. Neste movimento de acumulação o trabalhador está submetido à degradação moral e tem o tempo de suas vidas transformadas em tempo de trabalho, de fato não existe conforto à classe do proletariado.

Importa evidenciar que esta precária e exploratória condição de vida dos trabalhadores industriais (não somente) ressalta toda essa dinâmica desigual, desumana e contraditória do sistema capitalista. Assim, a luta de classes e a tomada de consciência é necessária, na medida em que os trabalhadores sobrevivem a partir destas condições de calamidade social e exploração.

Acerca da condição de existência dos trabalhadores nos primórdios do capitalismo, é relevante mencionar que estes se encontravam expostos diretamente à fome e à doenças nutricionais que em grande escala geravam novas doenças ou agravavam as existentes. Eram sujeitos que moravam em pequenos locais e de forma amontoada, locais como: porões, celeiros,

quartinhos; indivíduos que além de serem submetidos à privação dos alimentos, sobreviviam a partir da ausência de vestuários e ausência de aquecimento. Também, estavam expostos ao pior modelo de saneamento básico possível, ao pior sistema de água e luz, de circulação e transição e expostos à sujeira rotineira, dentre inúmeras condições desumanas de existência. Sobreviviam ligados à ausência de móveis e de utensílios domésticos, e todos estes fatores sobretudo, estavam somados à questão do espaço habitacional extremamente reduzido, o que levava inúmeros indivíduos ao adoecimento e à morte.

Evidentemente, na medida em que se agrupam os meios de produção em um espaço a tendência é de se aglomerarem trabalhadores neste mesmo espaço, e assim cresce o processo de miserabilidade habitacional. Contudo, o desabrochar do processo de acumulação que por sua vez também se converte em bens privatizados e públicos – como a construção de bancos, palácios, bondes – causa diretamente a repulsão ou expulsão dos trabalhadores para lugares cada vez mais afastados, insalubres e piores no que diz respeito à infraestrutura de forma geral.

Muitos trabalhadores eram tratados de forma dual, ora como membros da indústria, ora como inquilinos, como se apenas acampassem, estivessem de passagem. E até mesmos os pertencentes à classe mais bem remunerada do proletariado, promotoras (não somente) de lucros extraordinários, sobreviviam neste estado de decadência natural, sendo também os piores alimentados, além de estarem submetidos ao tratamento brutal. Eram sujeitos sabotados, que mesmo com o pouco dinheiro recebido pagavam alugueis com preços altíssimos, em ambientes degradantes, em suma, eram também manipulados pelos bancos que convertiam seus valores antigos em valores menores, de forma legítima.

Todo este contexto, está marcado pelo surgimento dos chefes de turmas que visavam botar um ritmo a mais na produção, elevando também a exploração de mulheres e crianças a um nível cada vez maior. O recrutamento dos trabalhadores passa a diminuir de faixa etária, e é em meio a todo esse dinamismo sujo que vários sujeitos são despojados, jogados em buracos, sótãos e são esquecidos-dispensados, isto é, sobrevivem na condição de não absorvidos pelo capital

Quando em conflito com a “opinião pública”, ou mesmo com a polícia sanitária, o capital não se envergonha em absoluto de “justificar” as condições, em parte perigosas, em parte degradantes, que inflige à função e ao lar do trabalhador, afirmando serem elas necessárias para que ele possa explorá-lo mais lucrativamente. (MARX, 2013, p.484)

A partir deste contexto laboral cabe salientar um elemento importante que é a jornada de trabalho, pois, este elemento é fundamental para que se torne visível a compreensão do processo de exploração do trabalho e da acumulação de capitais. De fato, o valor da força de

trabalho se expressa na jornada de trabalho, no tempo de trabalho necessário para a reprodução contínua de mercadorias e do próprio trabalho. Assim sendo, a jornada de trabalho se expressa como uma grandeza fluída e mutável que varia de acordo com o tempo de duração da exploração do mais-trabalho.

Esta jornada contém um limite mínimo, no qual o trabalhador é obrigado a trabalhar pela sua própria conservação. Contém também um limite máximo, que se expressa na capacidade física do trabalhador, da força de trabalho, na medida em que este operário precisa dormir e descansar para se recuperar. Estes são também limites sociais e morais, ao passo em que este indivíduo precisa se alimentar e satisfazer as necessidades sociais e intelectuais, do corpo e do espírito.

De toda forma, o objetivo de toda jornada de trabalho é o de gerar um valor maior no processo de produção do que o valor pago pelo trabalho. Neste movimento de exploração, o capitalista paga um valor diário ao indivíduo para ser possuidor do valor de uso contido na força de trabalho durante um período de produção, ou melhor, durante uma jornada, em suma, paga pelo direito de fazer o trabalhador trabalhar por algumas horas para ele.

Entretanto, o fato complexo é que o limite da jornada de trabalho é decidido pelo capitalista; este, enquanto sujeito detentor dos meios de produção, busca de forma direta a maior absorção de mais-trabalho possível dentro da maior escala possível. O capital é uma estrutura que só pensa em se autovalorizar, produzir riqueza, é um sistema de sucção do mais-trabalho sob impulso/intuito de criação do mais-valor; a intenção é aproveitar o valor de uso da força de trabalho o máximo o possível.

Todavia, é de suma importância ressaltar que o capitalista, ou melhor, a lógica do capital, busca tentar prolongar a jornada de trabalho pelo maior tempo possível em um nível diário, fazendo a relação de um tempo médio para a produção média de uma mercadoria. De forma escancarada o capital comete “*pequenos furtos*” (MARX, 2013) no tempo de descanso do trabalhador, nos espaços de tempo que seriam destinadas às refeições; e nos espaços de tempo de vida que conseqüentemente refletem na perda do tempo de lazer e emancipação intelectual do trabalhador, isto é, seu tempo destinado às atividades sociais fazendo com que o trabalhador apareça na cena capitalista enquanto personificação do trabalho. “*O trabalhador, aqui, não é mais do que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais se dissolvem na distinção entre trabalhadores de “jornada integral” e de “meia jornada” (MARX, 2013, p.228).*

As jornadas de trabalho nos primórdios do capitalismo eram extensivas ao ponto de representar e configurar de forma precisa e direta a degradação moral, psicológica, intelectual

e física de inúmeros indivíduos, desde crianças, adultos, à idosos, homens e mulheres. Um período caracterizado pela exploração de crianças com jornadas extensivas e extenuantes a serem cumpridas na indústria, com apenas um mínimo de intervalo conforme o retrato descrito abaixo:

Wilhelm Wood, de 9 anos de idade, “tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar”. Desde o começo, ele “ranmoulds” (carregava as mercadorias já moldadas para a sala de secagem e voltava trazendo os moldes vazios). Chega ao trabalho todos os dias às 6 horas da manhã e o deixa por volta das 9 da noite. “Trabalho até as 9 horas da noite todos os dias da semana. Assim foi, por exemplo, durante as últimas 7 ou 8 semanas.” Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos! (MARX, 2013, p.228)

No mundo do trabalho industrial que envolvia diversos trabalhadores (independentemente da idade ou sexo), proletários como oleiros, ferroviários, fosforeiros; estes se encontravam em processo de constante degeneração, submissos às piores condições de desenvolvimento de suas atividades laborais. São sujeitos reféns do envelhecimento precoce, da vida curta baseada no roubo de sua vitalidade que foi objetivamente sugada pelo capital; indivíduos reféns da diminuição do peso, que pelas longas jornadas de trabalho desenvolviam doenças como: pneumonia, bronquite, tuberculoses, complicações renais, tétano, etc; situação verídica que culminou no sacrifício da vida de diversos adultos e crianças.

O desenvolvimento capitalista é marcado pela morte prematura de trabalhadores, por sofrimentos psicológicos e corporais. O prolongamento da jornada de trabalho está fielmente ligado ao encolhimento do tempo de vida do proletário, não acarreta somente no enfraquecimento da força humana, mas também em um esgotamento físico e psicológico precoce. Na Inglaterra, entre outros países, estas chegavam a ser de 14, 18, ou até mesmo 28, 30 horas, entre intervalos, transcendia-se um dia, como no caso do setor da moda, neste processo o tempo de vida do trabalhador era usurpado ao máximo (MARX, 2013).

Os trabalhadores tinham sua saúde minada cotidianamente, degradação esta causada pelo excesso de trabalho ocorrendo que as refeições eram feitas em horários irregulares e em ambientes completamente insalubres (MARX, 2013).

A relação de tempo de trabalho se manifesta entre jornadas diurnas e noturnas. Objetivamente falando, é impossível explorar os mesmos indivíduos e suas respectivas forças de trabalho por vinte e quatro horas pois, esta força de trabalho ficaria debilitada para cumprir as atividades a ela destinadas. Nenhuma mente e corpo humano consegue suportar tamanha exploração. Este fator implica na “obrigação” do capital de criar estratégias para manter a produção constante, como a divisão das jornadas entre dia e noite, e o sistema de revezamento

de trabalhadores a terem sua força de trabalho consumida-requerida. São estas estratégias de alternância que possibilitam o prolongamento da jornada de trabalho pelo capital.

Estes tipos de sistemas alternam e revezam os trabalhadores. Adultos, crianças e jovens, estes últimos que por serem mais novos e seus corpos conterem mais energia são considerados mais aptos ao trabalho, mais preparados para aprender o ofício “para vida”, também são considerados sujeitos mais aptos ao trabalho noturno. Os capitalistas dão prioridade ao funcionamento constante dos meios de produção, ao mantimento de máquinas ligadas, fornos ligados, entre outros meios; dão mais prioridade ao aceleração da produção do que a uma pausa vital do proletário, uma pausa para que o trabalhador possa vivenciar momentos de lazer, comer, dormir, ou seja, satisfazer suas mais variadas necessidades pessoais e biológicas.

Perante a ótica do capital o proletário representa somente força de trabalho. A disponibilidade de tempo – que poderia e deveria servir para sua formação-desenvolvimento humano genérico, desenvolvimento de relações sociais – pertence à reprodução do sistema capitalista. Os trabalhadores são tratados como mercadorias facilmente descartáveis em um sistema de produção no qual não importa a durabilidade da sua vida, mas sim, o quanto de força de trabalho pode ser imprimida em uma determinada jornada laboral-produtiva. Assim, o capital viola os limites físicos e morais da jornada de trabalho. Este procedimento implica na necessidade de substituir, em escalada cada vez maior, o trabalhador já considerado degenerado por um trabalhador mais “novo”, inteiro.

Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. (MARX, 2013, p.238/239)

Este sistema produtivo não tem nenhum apreço pela saúde do proletário, e é através de uma parceria entre os capitalistas e o Estado que se dão origem a estatutos e leis compulsórias e funcionais à reprodução do próprio sistema. Estratégias estas, que permitem que o capital de forma legítima diminua ou aumente, controle e dite o tempo em que consiste uma jornada de trabalho. A sucção do mais-trabalho acontece de forma explícita e é regularizada de acordo com o poder do Estado, do sistema legislativo. O proletariado é socialmente forçado a se submeter à jornadas de trabalho prolongadas na medida em que se configura submetido à coerção do Estado.

Cabe ressaltar mesmo que de forma breve, que é a partir deste contexto de exploração e opressão que se dão diversos tipos de embates entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, uma vez em que, os proletários em processo de reflexão e conscientização ao que tange à

dinâmica capitalista de produção passam a promover movimentos de tensão e reivindicação da diminuição da jornada de trabalho, imprimindo ao processo de luta suas demandas enquanto classe produtora de mercadorias que a eles não pertencem.

Demarcamos como início deste processo de resistência o ano de 1830 na Inglaterra. Aquelas lutas travadas implicaram na criação de leis que visavam regular a jornada de trabalho, tais como: a Lei fabril de 1833, que valia para as indústrias de lã, algodão, seda e linho; lei esta, que buscava decretar uma jornada “normal” de trabalho, começando às 5:30 da manhã e terminando às 20:30 da noite. Também, foi instituído a partir desta lei que crianças menores de nove anos não poderiam ser empregadas, que adolescentes com idade entre treze a dezoito anos não poderiam trabalhar no período noturno e nem mais que doze horas diárias, e que os trabalhadores teriam direito a uma hora e meia para refeições. Todavia, vale frisar que apesar da lei representar um “avanço” tais regularidades eram burladas através do sistema de revezamento, na medida em que este sistema pode oferecer inúmeras combinações. (MARX, 2013).

Posteriormente, foi promulgada a Lei fabril de 1844, que passou a incluir na legislação também as mulheres acima de dezoito anos e limitou o tempo da jornada de trabalho em doze horas diárias para todos os trabalhadores e vetou o trabalho noturno para as crianças. As indústrias foram obrigadas a divulgar em placas escritas os horários de início, fim e pausa da jornada de trabalho, além de passarem a ser controladas através de um relógio público. O que ocorreu, no entanto, foi que os turnos da manhã e da tarde passaram a ser cumpridos por crianças diferentes, e as refeições passaram a ter que ocorrer até às quatorze horas para todos os proletários, proibindo mulheres, crianças e jovens de comerem no setor em que ocorria a produção. (MARX, 2013).

É de suma importância frisar que este reconhecimento da calamitosa situação imposta aos trabalhadores, bem como a promulgação de leis que buscavam normatizá-la por parte do Estado, mesmo que passível de manipulações e de ações que o burlavam somente se deu a partir de longos processos de lutas dos trabalhadores. Em consequência desta dinâmica da luta de classes posteriormente foi promulgada a Lei fabril de 1847, que não apresentava tantas diferenças em relação à lei de 1844, porém reduzia a jornada de trabalho dos jovens para onze horas, o que em 1848 leva à outra lei fabril que reduzia a jornada para dez horas. Contudo, a Lei fabril de 1848, foi alvo de diversas resistências por parte dos capitalistas que conseguiram a revogação desta no ano de 1850, retornando a jornada de trabalho para doze horas.

Vale demarcar de forma conclusiva que o sistema de revezamento ainda continuava possibilitando combinações e deslocamentos de trabalhadores entre os setores de produção; e

que por meio de uma espécie de “fragmentação do tempo”, onde o trabalhador descansava um pouco e voltava ao trabalho, assim os capitalistas ainda conseguiam manter suas máquinas e demais meios de produção ligados por quinze horas ininterruptas diariamente. A relação de aplicação e validade desta lei variava de um capitalista para outro, ou de um senhor para outro, que por sua vez buscavam argumentos que justificassem tais jornadas aplicadas. É somente em 1866, que o Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores declara o limite legal da jornada de trabalho, sendo este de oito horas diárias, representando assim, um marco para a história de luta da classe trabalhadora.

1.2- Há Superexploração da Força de Trabalho em Marx?

O objetivo deste item é sintetizar uma reflexão acerca da categoria *superexploração da força de trabalho*, categoria esta, cercada por polêmicas no que diz respeito à sua compreensão, ao seu significado. Alguns autores acreditam que esta categoria já é explicitada e abordada por Karl Marx, principalmente no “*O capital*” (vol.1); entretanto, outros autores com os quais alinhamos nossa reflexão, discordam de tal afirmação, explicitando que a superexploração da força de trabalho foi identificada por Marx em sua obra apenas enquanto maneira de descrever as condições sob a qual a classe trabalhadora era submetida no processo de compra e venda da força de trabalho, conseqüentemente de existência e vida, e não enquanto categoria explicativa e determinante da particularidade de instituição e de desenvolvimento do capitalismo em determinados territórios e Estados-Nação, ou seja, explicativa e determinante do capitalismo dependente. Assumimos o entendimento de que a *superexploração da força de trabalho* só se configura enquanto categoria a partir de formulações acerca da particularidade econômica, política e social de territórios, como é o caso do continente Latino Americano após ser inserido nas relações mundiais capitalistas em relação direta com os países imperialistas, isto é, de capitalismo central.

Antes de mais nada, para contemplar tal reflexão é preciso que se compreenda a diferença existente entre categoria e conceito. Segundo Carcanholo (2013), entende-se que o conceito está mais relacionado à uma concepção prévia do assunto, a pensamentos, em suma, está ligado à “*uma perspectiva idealista do conhecimento*” (CARCANHOLO, 2013, p.76). Já a categoria se expressa a partir de investigações feitas em torno de determinações da realidade, determinações objetivas e concretas que buscam dar conta de compreender um determinado objeto, em um movimento de apreensão da realidade social por parte do ser humano. Assim, as categorias são particularidades, peculiaridades de um objeto ou fenômeno que tem significados autênticos na realidade.

Em “*Dialética da dependência*”, texto escrito em 1973⁴ por *Ruy Mauro Marini*, o autor elabora reflexões acerca da dependência latino-americana em relação aos países de capitalismo central; tais estudos e apreensões são de suma importância para o entendimento do que será exposto posteriormente no que diz respeito à superexploração da força de trabalho enquanto categoria.

Tomando por referência o estudo de *Marini (2005)*, é cabível destacar o movimento contraditório em que se dá a integração da América Latina à economia mundial a partir de sua configuração primeiramente enquanto uma colônia de Portugal rica em metais preciosos, alimentos e produtos exóticos e que foi espoliada pelos países de capitalismo central cujo intuito era de que com as riquezas deste território extraídas, saqueadas se pudesse dar as condições necessárias para o desenvolvimento da grande indústria internacional. A América Latina ao se vincular ao mercado mundial, se torna uma grande fornecedora de bens primários, num esquema de troca destes por produtos manufaturados.

Neste contexto, os países latino americanos são incluídos na dinâmica capitalista mundial ocupando um lugar específico na divisão internacional do trabalho. Por trás de um discurso de inclusão, a América Latina se encaixava em uma estrutura político-econômica já pronta, ou melhor, uma estrutura de relações que já fora definida pelos países imperialistas, relegando os países latino americanos à uma posição e condição de dependência, de subordinação, tendo suas relações de produção alteradas e conformadas a partir da exigência internacional.

O desenvolvimento da grande indústria nos países de capitalismo central somente foi possível a partir do fornecimento de produtos de subsistência e de matérias primas industriais advindas de países da América Latina já relegada à condição de dependência. “*A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional*”. (*MARINI, 2005, p.10*)

A inserção da América Latina no capitalismo proporcionou a extração da mais-valia relativa nos países de capitalismo central, processo este que está imbricado ao movimento de desvalorização da força de trabalho, que ocorre através do trabalho assalariado, uma vez que, este modo de produção está sempre em busca de promover uma elevação da quantidade de mercadorias produzidas e uma diminuição nos gastos.

⁴ Convém explicitar que este texto somente chega ao público brasileiro em versão traduzida para o português no ano de 2005 por meio do livro ‘Ruy Mauro Marini – vida e obra’ publicado pela Editora Expressão Popular.

Contudo, é de suma importância destacar que tão-somente a força de trabalho pode alterar, ou melhor, aumentar a taxa de mais-valia. O incremento da produção que também acompanha o aumento do número de trabalhadores disponíveis ao mercado, proporciona a ampliação da taxa de mais-valia através da diminuição do valor da força de trabalho; acontece um movimento de queda do capital variável em relação à elevação do capital constante. Assim sendo, o que temos neste cenário é a expansão da classe trabalhadora industrial internacional em consonância com o aumento da exigência de alimentos, recursos naturais, matérias-primas advindas dos países latino americanos. *“Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. (MARINI, 2005, p.14)*

Os países latino americanos contribuem diretamente para a solução de problemas e contradições do processo de acumulação capitalista nos países industriais. Nesta relação, o que ocorre é um movimento de troca de mercadorias entre os países centrais e periféricos, onde a América Latina oferta matérias primas e alimentos a preços inferiores se comparados aos altos preços das manufaturas fornecidas pelos países centrais.

Todavia, cabe frisar que este processo de trocas é marcado pela violência de governos militares, relações políticas e econômicas adversas; condições gerais que submeteram um grande número de trabalhadores às exigências internacionais de forma sorrateira

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. (MARINI, 2005, p.17)

A relação entre centro e periferia é marcada pelo que *“Marini (2005)”* chamara de transferência de valor, que pode ocorrer através de diversos mecanismos que de certa forma burlam as leis de troca, *“que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias” (MARINI, 2005, p.18)*; dessa forma, alguns países apresentam preços de produtos inferiores aos outros, proporcionando lucro extraordinário aos países que são favorecidos nessa troca desigual.

A diferença e diversidade existente entre as mercadorias que alguns países podem produzir e outros não, possibilita que produtos possam ser vendidos a preços bem maiores que seu valor adquirido no processo de produção, esse é um aspecto da relação que *“Marini (2005)”* identificara como *“troca desigual”*.

o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual.

Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2005, p.19)

É neste contexto que a superexploração da força de trabalho aparece no cenário enquanto mecanismo de compensação das perdas decorrentes da troca desigual entre os países industriais e a América Latina, ou melhor, entre os países de capitalismo central e os de capitalismo dependente; estes últimos compensam esta desigualdade ou diferença através de modificações nos mecanismos de produção interna.

A superexploração da força de trabalho se manifesta enquanto categoria que trata e fundamenta a condição da dependência latino-americana, a partir de três mecanismos fundamentais: 1) O aumento da intensidade do trabalho, que influi diretamente na elevação da mais-valia, pois, o trabalhador passa a ser mais explorado sem o incremento de sua capacidade produtiva. 2) O prolongamento da jornada de trabalho, onde o indivíduo trabalha de forma excedente ao valor de sua própria reprodução; o proletário trabalha para além do valor necessário para a sua subsistência, por um tempo excedente, acrescido. 3) Como assinalado por Marini: *“Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal”* (MARINI, 2005, p.19); trata-se do fato de que o consumo do operário é convertido em acumulação de capital. A partir disso, pode-se dizer que a América Latina traz em seu bojo um modo de produção baseado em uma maior exploração do trabalhador, exploração ligada a um desenvolvimento de baixo nível das forças produtivas, exacerbando uma relação de produção focada no uso intenso e extenso da força de trabalho.

Isso implica no fato de que é vetado aos trabalhadores latino-americanos qualquer condição necessária para repor sua força de trabalho e o resultado é um esgotamento da vida útil do trabalhador de forma prematura, causado pelo seu dispêndio de energia para além do normal. É retirado destes a capacidade de consumo necessária, que seria indispensável, além do fato de que, seus salários estão remunerados abaixo do valor de sua força de trabalho. Considerando que o sistema produtivo dos países periféricos é modificado a partir do contato e interação com a economia mundial e com o trabalho assalariado, o que passa a valer e ter importância ao capital é o tempo de validade da força de trabalho e não o tempo de vida do trabalhador.

Tudo isso implica em superexploração da força de trabalho enquanto uma particularidade do capitalismo dependente, da realidade latino-americana, enquanto categoria explicativa da forma como o capitalismo se institui e se desenvolve neste território, e não

somente enquanto apenas uma maior exploração dos trabalhadores neste local do globo. Explicitamente, após transformar os países latino americanos em produtores de capital, o modo de produção capitalista mundial impõe à América Latina um modelo interno de circulação de mercadorias distinto dos modelos de circulação de mercadorias dos países industriais.

Ainda alinhado a perspectiva de Marini (2005), que demonstra que a superexploração da força de trabalho enquanto categoria particular do capitalismo dependente, Bertollo (2017, p.62) complementa: *“a superexploração da força de trabalho é uma categoria que possibilita a apreensão do real, isto é, de como o capitalismo se desenvolve na realidade Latino-Americana”*.

Nesse sentido, a dependência latino-americana é conformada por relações econômicas, históricas e sociais, em um mundo onde o capital está sempre em impulso de autovalorização, de sucção do trabalho e criação de mais valor; dessa forma, a superexploração do trabalho é entendida aqui como fundamento da dependência conforme explicitado por Marini (2005).

Entretanto, de forma polêmica, alguns autores como: Carlos Nascimento, Fernando Dillenburg e Fábio Sobral (2015), apesar de adotarem o referencial teórico crítico, discordam desta perspectiva e apontam no artigo intitulado *“Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx”*, que Marx elabora não só uma teoria da exploração, mas também da superexploração da força de trabalho.

Estes autores apoiam-se na ideia de que a superexploração da força de trabalho aparece enquanto fato real e existente, isto é, argumentam que em *“O capital”* Karl Marx já explicitava a existência da SFT. Sustentam este argumento partindo do pressuposto da exploração que ocorre na troca de equivalentes, na troca de mercadorias, exacerbando que o valor da força de trabalho está expresso na relação existente entre as horas de trabalho e os meios de subsistência necessários para a reposição da força de trabalho.

Ao identificarem na obra que o autor falava de indivíduos destituídos de qualquer possibilidade de sobrevivência que não estivesse ligada à venda de sua força de trabalho, Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) argumentam que nas formulações de Marx já está explícito que no capitalismo, na relação de compra e venda da força de trabalho, ocorre um aumento do desgaste do indivíduo para além de um nível considerado normal, uma vez que sua energia é explorada de forma que não leva em consideração sua saúde e vida e desconsidera completamente o tempo necessário para esta energia se renovar, assim, os autores pressupõem que se pode identificar a superexploração já na obra *“O capital”*

Marx já está observando que o valor da força de trabalho modifica-se com o aumento do seu desgaste para além daquele nível que a mantém em condições normais de força,

saúde e vida. Portanto, aqui Marx já está apontando para um limite entre a exploração e a superexploração, de modo que esse limite diz respeito ao nível de desgaste da força de trabalho em relação à sua condição de reprodução dentro de um quadro normal de força, saúde e vida. Até o Capítulo VII, Marx manter-se-á no âmbito da teoria da exploração; somente a partir do Capítulo VIII é que Marx desenvolve, lógica e historicamente, isto é, teoricamente, a superexploração, a relação entre o valor da força de trabalho e o seu desgaste acima do nível necessário para repô-la em condições normais. (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p.109)

Para estes autores a superexploração está manifestada no rompimento do capital com todos os controles sociais, ao impor jornadas extensivas de trabalho, e ao impor a remuneração abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho. Para estes, a superexploração e exploração da força de trabalho se diferenciam pelo nível de desgaste gerado na força de trabalho em relação à sua necessidade de ser repostada, assim sendo, destacam que superexploração se dá de forma dialética, como uma espécie de consequência, enquanto superação da exploração, numa espécie de movimento de “evolução do capital”, sendo esta (a superexploração) uma exploração mais brutal, mais desumana; responsável pelo devir revolucionário.

Os autores argumentam que desde os relatos de Marx já era possível identificar os trabalhadores reclamando do sistema capitalista, questionando e reivindicando as condições necessárias para a reprodução normal da força de trabalho, ou seja, condições de saúde, vida e manutenção da força física. Com isso, os trabalhadores já denunciavam um dispêndio irregular de força de trabalho, e assim os autores explicitam: *“o trabalhador reclama força, saúde e vida, portanto, condições de reprodução normais, diariamente. Aqui, nessa primeira fala do trabalhador, surgem também os primeiros adjetivos que transformam a exploração em superexploração”*. (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p.113)

Na perspectiva defendida pelos autores, a exploração está relacionada ao uso do valor de uso de força de trabalho, já a superexploração da força de trabalho está fielmente relacionada à uma exploração excessiva, à espoliação da força de trabalho que acontece através do processo de sucção da vida do trabalhador, à perda vital; afirmam eles: *“Superexploração, diferentemente da exploração, compromete a substância vital do trabalhador – essa é a diferença fundamental para Marx”*. (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p.114)

Ainda nesta linha de raciocínio, os autores evidenciam que o acirramento da concorrência intercapitalista promoveu mudanças no modo de produção; estas mudanças estão explicitadas no fato de que, na época da manufatura, havia um limite numérico de trabalhadores, limite este que caracteriza este período de exploração da força de trabalho. Entretanto, com o avanço da grande indústria e pelo conjunto de trabalhadores que se forma, e que Marx chamara

de exército industrial de reserva, é que se possibilita a ocorrência da superexploração da força de trabalho pelo capital.

Se na fase das ferramentas (manufaturas) o capital achava-se limitado pelo trabalho qualificado, e essa relação possibilitava ao trabalho uma posição frente ao capital que permitia a possibilidade lógico-histórica de viabilidade dos pressupostos da exploração (troca de equivalentes e reprodução normal da força de trabalho), na fase da grande indústria a posição do trabalho frente ao capital se enfraquece e coloca-se historicamente a condição para a possibilidade da inviabilidade lógico-histórica do cumprimento daqueles pressupostos, criando-se, portanto, as condições para a (teoria da) superexploração da classe trabalhadora pelo capital. (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p.119)

Do campo de entendimento destes autores, o processo de expansão da industrialização abriu caminho para a superexploração, movimento este, que impactou diretamente a força de trabalho de forma a promover uma maior degradação dos trabalhadores. Por fim, concluem a respeito do avanço industrial: *“A exploração e, sobretudo, a superexploração da força de trabalho pelo capital constituíam a realidade concreta, real, da relação capital-trabalho dominante na Inglaterra de meados do século XIX, fase de consolidação da grande indústria moderna”*. (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p.126)

Todavia, em contraposição e resposta à esta compreensão e argumentação dos autores anteriormente referenciados, *“Marcelo Dias Carcanholo e Hugo Figueira Corrêa (2016)”*, escrevem o artigo intitulado *“Uma teoria da superexploração em Marx? Um Marx que nem ele tinha percebido”*; sendo este um texto que representa uma resposta crítica e contestatória ao artigo escrito por Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015).

Evidentemente, o modelo de exploração do capital pressupõe a existência de duas classes opostas, uma classe que tende controlar o processo de trabalho e outra que trabalha; este movimento fica escondido por trás do processo de compra e venda da força de trabalho, que nesta ordem aparece enquanto mercadoria.

Na perspectiva de *Carcanholo e Corrêa (2016)*, a superexploração da força de trabalho representa uma condição concreta da realidade Latino-Americana que se manifesta a partir da condição de dependência. Sendo assim, a superexploração da força de trabalho é uma condição estrutural, e conseqüentemente uma categoria explicativa, da configuração do processo de acumulação e centralização de capitais nos países industriais em relação direta com os países e burguesias deste local do globo, que ocupam um específico lugar na divisão internacional do trabalho e portanto utilizam-se da superexploração para compensar as perdas decorrentes dessa relação. Compreensão esta, alinhada à formulação original de Marini (2005).

Enquanto Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) defendem que a superexploração se trata resumidamente de uma exploração excessiva, anormal, Carcanholo e Corrêa (2016),

questionam esta compreensão e indagam: “*No entanto, a esta altura, é impossível não questionar: e o que definiria esse “excesso”?*” (CARCANHOLO, CORRÊA, p.19). Argumentam que, se levarmos em consideração o ponto de compreensão da classe trabalhadora, qualquer tempo de trabalho que vá além de suas necessidades deve ser considerado excessivo.

Em contraposição à ideia de que a superexploração está ligada de forma simplista à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, Carcanholo e Corrêa (2016) destacam que este entendimento representa apenas a identificação de mais uma forma de elevação da taxa de mais-valor, mecanismo que pode ser entendido se analisarmos nesta perspectiva, como consequência das leis gerais de acumulação capitalista, e não enquanto categoria.

Nesse sentido, a superexploração – entendendo esta como a situação em que os salários são inferiores ao valor da força de trabalho – só serve para ilustrar uma forma específica (e não a única) de obter aquilo que, de fato, constitui uma das tendências gerais da sociabilidade capitalista, a elevação da taxa de mais-valor. (CARCANHOLO, CORRÊA, 2016, p.20)

Carcanholo e Corrêa (2016), expõem que a superexploração da força de trabalho enquanto categoria não aparece nas formulações de Marx, e ressaltam a importância de se reconhecer a categoria a partir das formulações da Teoria Marxista da Dependência, cujo um dos seus maiores expoentes foi Ruy Mauro Marini, autor-formulador de categorias como: dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo.

Com isso, os autores alinhados às formulações e estudos de Marini, ou seja, com o referencial teórico da TMD, frisam que o entendimento da superexploração da força de trabalho enquanto categoria, elucida um caminho para se identificar e compreender a particularidade do desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas, ou melhor, nos países em condição de dependência.

É uma inserção no capitalismo mundial de forma desigual, que produz e reproduz espaços desiguais. Este processo contou e requereu um remodelamento de relações sociais de produção interna e uma desconformidade no valor das mercadorias destinadas à exportação, e também consequentemente, uma desconformidade do valor da mercadoria força de trabalho nos países periféricos. De fato, não foi só uma questão de “pagamentos menores”, valores abaixo do seu valor. O intuito da burguesia latino-americana ao fazer-se valer da superexploração da força de trabalho foi o de compensar a transferência de valor. Dizem os autores, “*Marini trata da superexploração como um mecanismo de compensação do capitalismo periférico à transferência de valor, e não como o mero pagamento da força de trabalho por valor alguém do que possui*” (CARCANHOLO, CORRÊA, p.23).

Os autores, ainda no mesmo artigo, salientam a importância de se entender a categoria superexploração da força de trabalho para além das formas de elevar a taxa de mais-valor, pois, nem todas as formas caracterizam superexploração. No entanto, é plausível destacar também que não é somente o trabalhador superexplorado que contém razões suficientes para promover uma revolução, pois, esta ideia limita as lutas da classe trabalhadora ao campo das lutas apenas por melhorias nas condições de trabalho, redução da jornada, sendo que a luta é pela condição de existência total da classe trabalhadora.

Negando a ideia de superexploração da força de trabalho em Marx enquanto categoria, *Marcelo Dias Carcanholo* no texto “*(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*”, traz à tona a importância de se refletir acerca da necessidade de identificação das condições estruturais de dependência, e assim salienta:

Se a categoria – e não o conceito – superexploração da força de trabalho é central dentro da teoria marxista da dependência, o mesmo não pode ser dito para Marx, ou até para autores que procurem diretamente em Marx, sem categorias de intermediação, explicações e utilizações de O capital para o entendimento de um fenômeno que este autor nem se propôs a analisar; ao menos; não no nível de abstração que ali se lhe impunha. (CARCANHOLO, 2013, p.77)

De fato as obras de Marx representam o ponto de arranque para a Teoria Marxista da Dependência, como o próprio nome deste marco teórico já explicita, porém, é cabível ressaltar que Marx estuda, analisa e explicita o capitalismo a partir de uma época específica, de um contexto “menos desenvolvido” ao que se refere à instituição deste como modo de produção hegemônico no globo e, em um maior nível de abstração teórica. Assim, os estudos do autor não puderam e também não tinham a intenção de dar conta de todas as particularidades que o sistema capitalista assume e requer ao se instituir e desenvolver em áreas diferentes no globo, como nas áreas relegadas à condição de dependência e subordinação. Estamos querendo dizer que o capitalismo apresenta e requer particularidades e condições concretas, reais de ocorrência e constituição de acordo com o lugar ocupado na divisão internacional do trabalho de cada espaço no qual se ramifica, se institui.

Estas diversas e exploratórias formas de inserção dos países no sistema capitalista giram em torno de um movimento onde os países centrais são os países que ditam as regras de funcionamento da economia mundial, ou melhor, os países de capitalismo central colocam os países dependentes em posição de subordinados às resoluções e requisições da economia mundial por eles dominada-controlada, e dessa forma, o que ocorre e se configura nestes territórios é um capitalismo dependente e pautado na superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, as formulações da TMD não se limitam em tratar os estudos e formulações de Marx como um manual pronto e que se pode ser aplicado mecânica, simplista e

automaticamente no globo como um todo, pois existem questões econômicas, políticas, culturais, sociais, institucionais e históricas, dentre outras, ou melhor dizendo, existem particularidades em cada território que determinam a implantação e conformação do capitalismo, fazendo com que o mesmo modo de produção adquira conformação distinta nos países de capitalismo central e nos países dependentes, porém imbricada.

Nesse sentido, reforça-se que a superexploração da força de trabalho é uma categoria central para explicação da condição de dependência, uma vez que sua existência na realidade está diretamente vinculada ao processo de transferência de valor, na desigualdade operante na troca de mercadorias entre os países, manifestando-se enquanto condição *sine qua non* do capitalismo dependente

O mecanismo de compensação é justamente a superexploração da força de trabalho. Isto comprova que: i) a superexploração é uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que só possa se materializar por meio destas formas; e ii) a superexploração é uma categoria específica da economia dependente – portanto, em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista – , mesmo que, evidentemente, enquanto forma de elevação da taxa de mais-valia, opere em qualquer economia capitalista, mesmo nas centrais. (CARCANHOLO, 2013, p.83)

Dessa maneira, aos que compreendem que Marx já explicava a superexploração em “*O Capital*”, fica evidente que estes entendem que o estudo se aplica a todas as formações sociais capitalistas, como se o capital fosse uma espécie de prontuário; ideia esta, que desconsidera a superexploração enquanto categoria explicativa da particularidade histórica, além do que, tal interpretação desconsidera os distintos modos de compreensão e apreensão dos elementos da lei geral de acumulação.

Ainda, alinhado à Teoria Marxista da Dependência, no texto “*Fundamentos da exploração*”, o autor Jaime Osorio (2013, p.43) reforça que: “*A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado*”; reafirmando a superexploração da força de trabalho enquanto uma categoria que contém diversos mecanismos que não podem ser confundidos como simples maneiras de elevação do nível de exploração.

No capitalismo, as relações entre países centrais e dependentes e entre as classes sociais se configuram e são relações explicitamente desiguais. Nesse contexto, a superexploração está imbricada ao processo contraditório e exploratório de desenvolvimento do capital.

A violação do valor da força de trabalho – a superexploração – representa um tema central da exploração nas economias dependentes, pois este processo tem consequências nas modalidades como o capital se reproduz, em suas derivações na

condição subordinada dessas economias na acumulação em escala do sistema mundial. (OSÓRIO, 2013, p.50)

Buscamos explicitar com as linhas anteriores que o sistema capitalista se desenvolve em uma dinâmica universal, porém de maneira distinta nas diferentes partes do globo, o que deriva a necessidade de elaboração de novas categorias analíticas e explicativas que busquem entender e responder as mais variadas determinações econômicas, sociais e societárias. Para este entendimento, é necessário que se faça um movimento de observar o desenvolvimento da produção capitalista a partir dos pressupostos internos, das particularidades de cada território, obviamente que relacionadas ao todo, isto é, sem perder de referência a totalidade do fenômeno.

Tratando ainda sobre a questão de não haver nas formulações de Marx referências à superexploração enquanto categoria – pois esta diz respeito à particularidade Latino Americana – Jaime Osorio evidencia:

A superexploração era na reflexão de Marx um assunto que envolvia também o capitalismo hoje chamado de central. Suas referências sobre o tema são feitas considerando o capitalismo inglês, a forma mais desenvolvida do capitalismo de sua época. No entanto, como já mencionamos, apenas se referiu a ela de forma “empírica”, sem dar ao tema um tratamento teórico. (OSÓRIO, 2013, p.63)

Contudo, de forma conclusiva deste item, destaco que a meu entendimento, a superexploração da força de trabalho se trata explicitamente de uma categoria particular da realidade do capitalismo dependente, da realidade dos países latino-americanos, por exemplo. Para mim, a troca desigual a qual Marini (2005) se refere, se manifesta na contemporaneidade em quase todas as relações de trabalho e produção mercantil existentes na América Latina.

Acredito que os mecanismos de superexploração da força de trabalho de certa forma passaram por um processo de “sutilização”, ou melhor, de modelação dos discursos, que vão aparecer aos olhos dos trabalhadores e dos demais indivíduos da sociedade como algo “bom”, benéfico, elevador ou enriquecedor. Como é o caso por exemplo das “horas extras de trabalho”, ou das “bonificações por metas”, que aparecem num prisma metamorfoseado e aparente enquanto vantagens, acréscimo ou “boa participação”; ou seja, são discursos infiltrados de forma ideológica que promovem a sucção de mais trabalho, a diminuição da vida do trabalhador de forma oculta; não que isso já não acontecia em outros tempos, o que digo é que na cena contemporânea isso se agrava, o discurso se aperfeiçoa, aperfeiçoando e perpetuando a condição de superexploração da força de trabalho.

Todavia destaco que, observa-se aqui a necessidade de se apreender as particularidades econômicas, políticas, sociais da América Latina, pois, caso contrário, o trabalhador corre o risco de ficar inerte frente às falácias propagadas e aos argumentos ocultos implantados no

processo de exploração e que ao final se efetivam enquanto formas sutis de a superexploração da força de trabalho se perpetuar neste continente de capitalismo dependente.

CAPITULO 2 - A Teoria Marxista da Dependência enquanto marco teórico e político de interpretação e intervenção na realidade.

O objetivo deste capítulo é promover uma reflexão mais aprofundada sobre a TMD buscando explicitar sua forma de entendimento acerca do fenômeno da inserção desigual dos países latino americanos na economia capitalista mundial. No primeiro item explicitaremos a importância deste marco teórico para o entendimento das determinações específicas do capitalismo que foi implantado e se configurando nos países deste continente, isto é, para gerar e possibilitar lucros extraordinários aos países de capitalismo central, questões estas que se perpetuam e refletem na atualidade no que se refere ao mundo do trabalho.

Assim, esta reflexão é realizada buscando dar maior ênfase à questão da *superexploração da força de trabalho*, que é o tema central deste estudo.

Em um segundo momento é aprofundado o debate acerca da SFT apresentando suas determinações e a sua condição de fundamento da dialética relação de dependência entre os países no capitalismo.

O objetivo desta segunda parte do estudo é estabelecer uma reflexão sobre esta categoria explicitando sua essência, para que se tenha condição de fazer uma conexão entre o entendimento clássico desta categoria e as formas pelo qual se manifesta na atualidade, ou seja, através de mecanismos de reafirmação da SFT que aparecem envoltos no discurso de progresso econômico e melhorias, ascensão na condição de vida do trabalhador ou de generalização da ofensiva cada vez mais agravada do capital sobre os trabalhadores nas diferentes partes do globo.

Para a elaboração deste capítulo foram utilizados autores e autoras como: Ruy Mauro Marini, Carlos Eduardo Martins, Mathias Seibel Luce, Maíra Bichir, Marina Machado, Mirella Rocha, Kathiúça Bertollo, Theotonio Dos Santos.

2.1 – Considerações iniciais sobre a Teoria Marxista da Dependência

A TMD representa e se conforma como um marco teórico que visa entender e interpretar as particularidades do modo de produção capitalista nos países que se incluem na dinâmica mundial capitalista sobre condição de dependência, de subordinação aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas.

Apesar de serem vários os autores que fazem um debate acerca deste tema, para este trabalho precisamente, destaco “Ruy Mauro Marini” como um dos pioneiros-fundadores-formuladores da Teoria Marxista da Dependência, autor este, que orientado pelos estudos de “Karl Marx”, por volta da década de 1960/1970 desenvolve estudos de suma importância acerca da compreensão da realidade dos países latino-americanos, que apresentam-se e ocupam um lugar peculiar-específico nas relações mundiais.

Acerca deste entendimento, outro autor-fundador-formulador da Teoria Marxista da Dependência, Theotônio dos Santos (2015), acrescenta: *“A Teoria da Dependência, que surgiu na América Latina nos anos de 1960, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-1945”* (SANTOS, 2015, p.25).

Visando explicitar a condição de dependência, Marini compreende que o sistema capitalista parte dos princípios de dominação e exploração, o que configura uma estrutura desigual e monopólica que reproduz regiões de acumulação diferentes em todo o mundo (MARTINS, 2013).

Ainda nesta linha de raciocínio, o autor observa que o capitalismo cria territórios em condição de dependência, uma condição marcada por três mecanismos: a troca desigual, a superexploração, e o subimperialismo. A dependência se consolida a partir da transferência de valor, do intercâmbio desigual no processo de exportação e importação de mercadorias. Assim, as regiões dependentes na escala econômica mundial, cumprem o papel de possibilitar (através da transferência de insumos, alimentos, matéria-prima, manufaturas) que os países centrais transitem de uma mais-valia absoluta para uma mais-valia relativa; melhor dizendo, a condição de dependência proporciona, permite e possibilita que ocorra nos países de capitalismo central a perpetuação do capitalismo via um alto índice de desenvolvimento tecnológico, enquanto que nos países latino-americanos, dependentes, se configure pautada na superexploração da força de trabalho.

Martins (2013) resgatando as formulações clássicas de Marini, enfatiza que a superexploração se dá por meio de quatro⁵ mecanismos: a elevação da jornada e da intensidade do trabalho sem o aumento respectivo da remuneração, a redução do salário, e o aumento da qualificação do trabalhador sem aumentar a remuneração de acordo com o que equivalha esta qualificação (MARTINS, 2013). Tais procedimentos podem ocorrer de maneira conciliada ou

⁵ Ver Ruy Mauro Marini (1973); no texto “Dialética da Dependência” o autor apresenta três mecanismos. Posteriormente, no texto “Las razones del neodesarrollismo”, o autor apresenta um quarto mecanismo: a qualificação da força de trabalho sem o aumento devido da remuneração.

separada, de qualquer forma, todos estes mecanismos causam o esgotamento prematuro do trabalhador.

Acerca do avanço tecnológico no sistema produtivo dos países centrais, pode-se dizer que estes servem para gerar lucros extraordinários, obtidos através da mais-valia extraordinária, uma absorção de mais valor que se agudiza no movimento de substituição do trabalhador pelas inovações tecnológicas.

Estes lucros extraordinários e a mais-valia extraordinária estão ligados aos segmentos de bens de consumo de luxo, um segmento que através do incremento tecnológico no processo produtivo, consegue diminuir o valor individual da mercadoria e ao mesmo tempo conservar o seu valor social (MARTINS, 2013). Acerca da absorção de mais-valia extraordinária o mesmo autor afirma: *“Esta é proporcionada, preferencialmente, pelos bens de consumo de luxo e seus insumos produtivos: sua base material é a economia relativa de trabalho estabelecida pela inovação tecnológica que desloca demanda dos trabalhadores ao capital”* (MARTINS, 2013, p.18).

É importante destacar que a mais-valia extraordinária se difere da mais-valia relativa na medida em que, a extraordinária não aumenta a produção de mais-valia relativa, e sim apresenta uma nova forma de repartição da mais-valia disponível no setor produtivo, sem desvalorizar a mercadoria socialmente (MARTINS, 2013). De forma mais clara, estas mercadorias produzidas inerentes ao avanço tecnológico, se apresentam socialmente enquanto artigos de luxo, gerando assim uma demanda mundial peculiar, particular, que permite que o valor individual da mercadoria reduza, sem reduzir seu valor social.

De fato, fica evidente que esta nova forma de mais-valia, a extraordinária, tem suas bases fundamentadas na dinâmica tecnológica; porém, este desenvolvimento tecnológico, no que diz respeito à relação entre países, ocorre de forma desigual. Há uma assimetria tecnológica (MARTINS, 2013) dentro deste processo econômico onde os segmentos de tecnologia dos países dependentes, buscam absorver mais-valia extraordinária internamente utilizando a tecnologia dos países centrais; movimento este que é legitimado pela relação nacional existente entre burguesia e Estado, e que intensifica a superexploração.

Cristaliza-se um segmento monopólico da burguesia nacional, associado à tecnologia estrangeira, que auferir altas taxas de mais-valia e de lucro, beneficiando-se do mercado de trabalho regido pela superexploração para projetar-se nacional e internacionalmente (MARTINS, 2013, p.19)

Alinhado à reflexão de Marini, Martins (2013) complementa acerca da superexploração, que existem duas formas de se obter mais-valia extraordinária no capitalismo em sua versão global, são elas:

o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento; e a descentralização das tecnologias físicas, que perdem seu lugar estratégico na divisão internacional do trabalho e são transferidas para a periferia e a semiperiferia na busca do trabalho superexplorado (MARTINS, 2013, p.21)

Esta condição econômica específica em que se encontram os países latino-americanos também passa por um processo de desenvolvimento e progresso que é causado pelo aumento da demanda das exportações e das relações tecnológicas, no entanto, dentro e a partir de um processo capitalista já desigual, pautado pela exploração de uma Nação sobre outra, com suas bases fundadas na posição de subordinação-dominação, criando um processo dinâmico que Marini (2005) irá definir como *subimperialismo*.

A categoria subimperialismo não significa apenas uma ideia ou conceito de posição inferior aos países imperialistas. Busca explicitar um entendimento e interpretação acerca de uma relação específica do capitalismo dependente, de um processo de “desenvolvimento dentro do subdesenvolvimento”. Em um movimento hierárquico, os países mesmo na condição de dependentes, atingem um certo nível de evolução e desenvolvimento econômico que permite dominar e explorar países com menor desenvolvimento econômico; porém, nesta dinâmica, tal integração econômica entre estes países ocorre em vias de ‘respeito’ aos limites do imperialismo (MARTINS, 2013), ou seja, é possível que alguns países latino americanos desenvolvam uma autonomia relativa, que está fielmente limitada pela dependência econômica, tecnológica e ideológica dos países imperialistas (MARTINS, 2013).

Neste movimento, países sob a condição e conformação de dependência, mas com um nível maior de desenvolvimento buscam elevar seu capital e as taxas de lucratividades explorando países e sua população que se encontram em condições econômicas e de desenvolvimento inferior das forças produtivas. É um mecanismo relacional e de dominação que ao final, acaba “facilitando” ou elevando o poder de articulação de alguns países dependentes com o capital internacional, pois, com esta dominação estes países dependentes conseguem elevar suas taxas de lucro, mas vale ressaltar que ainda permanecem presos as amarras do imperialismo.

Cabe destacar também, que o contexto de dependência é legitimado pelo Estado, que neste cenário aparece como ‘parceiro’ do capital internacional e das burguesias locais. Um Estado que a partir de ideias de democracia liberal e corporativismo, escamoteia a realidade de

existência e configuração de uma burguesia débil que utiliza-se da superexploração da força de trabalho e contribui no contexto de monopolização do capital (MARTINS,2013).

Neste modelo de ‘Estado democrático’, ocorrem enfrentamentos internos (MARTINS, 2013) onde a burguesia, através da democracia burguesa, busca sempre derrotar os movimentos alinhados às necessidades populares, ou que estejam em consonância com os interesses da classe trabalhadora. É uma estrutura organizativa de dominação e exploração que, por meio da ideologia de ‘progresso e liberdade’, promove retrocessos aos direitos já conquistados pela classe trabalhadora. Além do fato de que espalha uma ideia de passividade social; visões estas que de forma discreta intensificam a superexploração, e conseqüentemente, intensifica a desigualdade social e de renda, isto é a pobreza estrutural do capitalismo dependente. Em suma, o Estado que age como parceiro e alinhado à burguesia (internacional e local), utiliza dos aparatos jurídicos e políticos para manter a coerção social e a dominação de classes no âmbito econômico.

Os países latino americanos são governados, controlados e dominados por classes sociais e suas personificações submissas e débeis, porém alinhadas ao capital estrangeiro-internacional. Dessa forma, esta relação complexa, faz com que surja a partir desta realidade particular um campo amplo, variado e diverso de compreensões e explicações desta mesma realidade.

A fim de demarcar nosso posicionamento de que a TMD contribui para a elucidação, compreensão e transformação desta realidade, explicitamos referências gerais sobre três diferentes e divergentes vertentes teóricas, políticas e organizativas que historicamente buscaram e buscam analisar a realidade latino-americana: a vertente da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL); a vertente elaborada prioritariamente por Fernando Henrique Cardoso (FHC), Enzo Falleto e José Serra, e a Teoria Marxista da Dependência.

De modo resumido, entende-se que a concepção, interpretação e proposições da CEPAL, instituição criada em 1948, se limitava à ideia de promoção de um desenvolvimento dentro e a partir da ordem capitalista. As interpretações que assumiam certo caráter progressista explicitavam uma aposta de que através da política governamental, intervenção do Estado, seria possível viabilizar a industrialização e certo desenvolvimento, no entanto sem romper e preservando as estruturas de poder e organização societária capitalista já consolidadas. Aparece fortemente a aposta no desenvolvimento regional como, o caminho para melhorar a situação-condição de dependência. Estas concepções representavam ideais e *“alternativas que não superam seja teoricamente, seja politicamente, os limites e os horizontes da ordem societária capitalista dependente”* (BERTOLLO, 2017, p.45).

Acerca da concepção deste grupo, Theotonio Dos Santos explicita:

A CEPAL era uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento. Suas propostas de políticas preservam, contudo, as estruturas de poder existentes. (SANTOS, 2015, p.71)

No que diz respeito à concepção de um outro grupo, cujo protagonismo das ideias foi de Fernando Henrique Cardoso⁶, Enzo Falleto e José Serra, o entendimento era de que a dependência é o padrão de desenvolvimento do capitalismo nos países latino americanos, e dessa forma, era algo que devesse ser apenas aceito. Acreditavam que para garantir a fluidez econômica era necessário que o nível de autonomia dos Estados diante do capital internacional fosse limitado, eliminando perspectivas nacionalistas, populistas ou socialistas, pois, estas poderiam causar uma estagnação no sistema produtivo (MARTINS, 2013). Estes autores apoiavam-se na democracia liberal, representativa, na ideia de indivíduos livres submetidos ao grande capital, ao mundo globalizado.

Cardoso aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. [...] Segundo ele, os inimigos da democracia não seriam, portanto, o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos nossos países (SANTOS, 2015, p.35)

Nesta perspectiva, FHC e Enzo Falleto abraçam a ideia de “interdependência” com o capital estrangeiro, de aceitação da relação de subordinação; nesta compressão, a pobreza e desigualdade social aparecem como algo relacionado a uma perspectiva histórica e não como decorrência ou consequência do capitalismo monopolístico cada vez mais evoluído e instituído no globo como um todo. Acreditavam que a miséria e pobreza poderia ser combatida através de políticas compensatórias e de mínimo de renda desde que estas políticas não infringissem as leis do mercado. (MARTINS, 2013).

Diferentemente destas perspectivas, a concepção da Teoria Marxista da Dependência, que já fora citada e assumida anteriormente neste estudo, cujo principais autores-formuladores foram Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, compreendia que tratar a dependência enquanto categoria, consistia no entendimento e reconhecimento de um capitalismo “*sui generis*” (MARINI, 2005), original, peculiar, uma forma particular de capitalismo em que os países latino americanos são integrados à economia mundial.

⁶ Em 1973 Ruy Mauri Marini escreve o texto “Dialética da Dependência”. Em 1978, Fernando Henrique e José Serra escrevem uma crítica a Marini, um texto chamado: “As Desventuras da Dialética da Dependência”. Ainda em 1978, Marini responde os respectivos autores com o texto: “Las razones del neodesarrollismo”.

Explicitadas, mesmo que muito brevemente, as diferentes vertentes de entendimento da realidade latino-americana, destacamos uma crítica feita por Marini à concepção-vertente Cepalina e à vertente de Fernando Henrique Cardoso e José Serra:

O autor critica o pensamento cepalino pela ausência de uma teoria do valor que lhe permita compreender a natureza global do fenômeno, inscrito no plano da concorrência e do mercado mundial, e lhe atribui as causas à sua expressão aparente e empírica, como o baixo custo da força de trabalho e as limitações da demanda internacional. Ao basear-se na teoria dos fatores de produção que associa o preço do produto à soma dos custos dos fatores de produção – capital, trabalho e terra –, não é capaz de compreender como a inovação tecnológica introduzida pela acumulação capitalista transfere valores e demanda do trabalho ao capital, contribuindo para formar um mercado mundial concentrado nas mercadorias de bens de consumo suntuários. Esta crítica, Marini (1978b) estende a Cardoso e Serra na polêmica que travaram nas páginas da Revista Mexicana de Sociologia. A ausência de teoria valor-trabalho marxista e da percepção da unidade dialética entre valor e preço os fazem conceber o intercâmbio desigual sem transferência de valores e de mais-valia (MARTINS, 2013, p.29).

Tomando por referência estas reflexões de Marini explicitadas por Martins (2013) endossamos o entendimento de que estas outras compreensões-vertentes não levam em consideração a transferência de valor que ocorre em consonância e subordinação com o avanço tecnológico, e ignoram o fato de que a suprexploração da força de trabalho implica em restrições aos ideais populares. Estas perspectivas, ao adotarem uma perspectiva liberal de “desenvolvimento”, são condizentes com o ato das burguesias locais colocarem o capital internacional como ator central, processo este que só pode ocorrer desde que o Estado e a burguesia apresentem tendências antidemocráticas (MARTINS, 2013), pois, uma democracia poderia desestruturar o processo de superexploração da força de trabalho, o que consequentemente desestabilizaria o lucro e o movimento de sucção obsessiva por mais-valia que ocorre no intuito de compensar as perdas decorrentes da troca desigual.

As reflexões de Marini tem fundamental importância para o século XXI, são concepções que abrem o caminho para o entendimento e compreensão de novas tendências da economia global, como por exemplo, os investimentos nos setores de automação, que provem uma revolução técnico científica (MARTINS, 2013), que busca cada vez mais reduzir a participação do trabalho vivo (trabalhador) pelo trabalho morto (maquinarias) durante o processo produtivo; neste esquema, aumenta-se a produtividade sem elevar muito a quantidade de trabalhadores.

A partir da reflexão de Martins (2013), cabe evidenciar duas tendências da economia mundial que merecem destaque: uma delas é o movimento de financeirização do capital, onde o Estado busca transferir o dinheiro público para o grande capital, consiste em um esquema de endividamento público que visa sustentar os lucros do capital. A outra tendência seria a

ampliação do consumo da população chinesa, que aumenta a demanda do número de exportações dos produtos advindos da América Latina (MARTINS,2013).

Ainda, no que se refere ao papel do Estado na contemporaneidade da economia mundial e à atualidade do processo de superexploração, o autor destaca:

Entretanto, o novo período de crescimento longo, que se estabeleceu a partir de meados dos anos 1990, criou outra lógica de intervenção estatal, baseada na sustentação de preços de mercadorias ou valores fictícios de ativos em detrimento do desenvolvimento da produtividade. Esta nova lógica manifesta-se pela drástica elevação da dívida pública, pelas baixas taxas de investimento e pelo aumento das taxas de desemprego. Estas se constituem como uma das principais fontes de superexploração contemporânea, têm seu epicentro no Estado norte-americano e se desdobram na sustentação de sua hegemonia no sistema-mundo e no desenvolvimento de padrão de acumulação dependente (MARTINS, 2013, p.35)

A partir do exposto, pode-se reafirmar que o modelo de capitalismo dependente, mesmo que seja possível alcançar certo nível de desenvolvimento e de modernização, continua sempre calcado-fundamentado na superexploração da força de trabalho e na dependência. O processo de qualificação deste trabalhador não acompanha as necessidades de consumo geradas no próprio sistema, estando este indivíduo ainda assim preso à condição de superexploração. O que acontece no capitalismo dependente, que qualifica alguns segmentos da classe trabalhadora sem o aumento devido do preço da força de trabalho, é deixar e manter os trabalhadores submetidos à superexploração, e agora em condição mais acirrada de disputa no mercado de trabalho.

Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho (MARTINS,2013, p.37)

Em suma, o capitalismo cada vez mais superexplora o trabalhador e precariza as relações de trabalho. Mesmo que em “evolução” frisa e agrava a condição de dependência na medida em que países ainda dependem do conhecimento e das tecnologias dominadas e de propriedade dos monopólios estrangeiros para ampliar seu desenvolvimento produtivo interno. Este movimento dá origem a um processo onde ao mesmo tempo em que se “evolui” a produção, cada vez mais é produzida uma massa de produtos e mercadorias que não são destinados ao consumo da classe que produz, a classe trabalhadora.

Constitui-se nacionalmente, um monopólio burguês fundado na condição de dependência, onde a burguesia busca intensificar a superexploração a fim de suprir o valor não recuperado na troca desigual. Fazem isto por meio do domínio político, econômico e social. Fazem resistência a qualquer processo político que esteja ligado à distribuição de renda ou da

riqueza socialmente produzida. De qualquer forma, cabe ressaltar que o avanço do capitalismo em escala global aumenta e perpetua a dependência entre os países da América Latina e os imperialistas, e entre os da América Latina de menor poder econômico e os que estão sob a condição de dependência mas possuem um melhor desenvolvimento econômico.

A fim de rumar para o desfecho deste item, destacamos que os estudos de Marini acerca da dependência se movem do plano abstrato ao plano concreto, colocam em cena novas categorias que contribuem fundamentalmente para o surgimento de novas interpretações sobre a condição dependência e sobre a configuração do capitalismo dependente. Seu pensamento influenciou autores e pesquisadores, não como um dogma, mas como um caminho que ilumina a compreensão de processos históricos afim de transformá-los (MARTINS, 2013), ou melhor, é um pensamento que ilumina os desafios existentes diante da população da América Latina.

Nesse sentido pode-se dizer que as formulações clássicas, bem como as contemporâneas desse marco teórico abrem o caminho para que se faça uma análise precisa das várias dimensões existentes no que diz respeito ao aprofundamento da globalização e do neoliberalismo, processos estes que se acentuam na conjuntura atual, já que estamos em períodos de ofensiva burguesa. Entendemos que a TMD, de forma precisa, auxilia no ato de se observar e compreender as particularidades dos ciclos políticos, econômicos e sociais da atualidade, para que assim possa se tornar compreensível e consistente o movimento de se pensar alternativas civilizatórias para além das determinações capitalistas.

Mesmo que os países dependentes busquem uma melhoria da posição em escala global no que se refere ao processo produtivo, este sempre ocorrerá, no capitalismo, condicionado à dependência, uma vez que estes países dependem diretamente do desenvolvimento tecnológico e de demais conhecimentos que são de posse dos monopólios estrangeiros, ou seja, os países latino-americanos, sob o manto do capitalismo, estão presos-condicionados à estruturas político-econômicas que não permitem que se autonomizem. Por mais que evolua o processo de produção, esta evolução ocorre limitada aos investimentos do capital internacional, o que implica em superexploração da força de trabalho enquanto mecanismo de compensação da transferência de valores.

Dessa forma, ainda atualmente é perceptível que as questões econômicas, políticas e sociais da América Latina estão ligadas ao predomínio de organizações burocráticas e corporativistas que representam o grande capital. Temos um modelo de Estado que busca aceitar as condições de dependência e com isso acaba por reforçá-la. Explicita-se um Estado burguês que age em função da elevação das taxas de lucro dos países imperialistas. (MARTINS, 2016).

A atualidade da América Latina expressa a existência de figuras governamentais que estão fielmente ligadas ao investimento estrangeiro, é uma aliança escancarada. São grupos que apostam na subordinação aos investimentos estrangeiros, grupos de dirigentes que escondidos atrás do discurso de liberdade, escolha, desenvolvimento, cooperação, corporativismo, intensificam a superexploração de forma mistificada. Ou seja, escondida atrás do discurso de promoção de uma melhoria, de elevação, de inclusão do Brasil ao desenvolvimento mundial; um desenvolvimento democrático, ligado às “leis do mercado”, às leis do investimento estrangeiro, leis que aparecem como sendo um processo natural do sistema capitalista. (MARTINS, 2016). Esta dinâmica dá origem a setores que buscam exterminar e debilitar os segmentos e ideais da classe trabalhadora. São setores que fazem isto com o intuito de inviabilizar qualquer processo tensionador da ordem, que fazem uso do controle dos aparatos representativos; aparatos estes que por sua vez, a partir da estrutura de um Estado burguês e antidemocrático, serve para legitimar a intensificação da superexploração da força de trabalho em função de uma parceria subordinada com o capital internacional.

O desenvolvimento tecnológico e a elevação da influência da mercadoria no cotidiano e a elevação de sua aparição enquanto célula central mediadora das relações sociais, tem colocado a classe trabalhadora, em condição cada vez mais agravada no que se refere à disputa por uma vaga no mercado de trabalho; fato este que impulsiona novas formas de superexploração da força de trabalho e de sua legitimação, formas de deterioração da vida útil do trabalhador em termos físicos e psicológicos.

Na atualidade apresenta-se um processo de trabalho agora escondido atrás de discursos que remetem à ideia de desempenho, versatilidade, habilidade. Assim, fica evidente a necessidade de se entender as particularidades desde modelo de capitalismo, para que se possa pensar estratégias originais e eficazes de superação da ordem, baseadas no entendimento das distintas realidades que abrangem cada região requisitada a cumprir determinados papéis do capitalismo em escala global. Nesse sentido, explicitamos que “o pensamento de Marini continuará sendo referência indispensável para a análise das contradições sociais e formulação de alternativas na região da América Latina e no mundo contemporâneo”. (MARTINS, 2013, p.43).

Demarcamos que a Teoria Marxista da Dependência é de suma importância para compreendermos os eventos passados e presentes da América Latina. Como destacam as autoras Bichir, Gouvea e Rocha (2016) as obras de Marini ainda “*seguem vivas*”; expressando assim determinações concretas da dependência, e orientando reflexões que caminham no sentido do entendimento das particularidades da América Latina numa perspectiva histórica, de

caráter revolucionário. Por fim, mas sem esgotar o tema, acredito que a TMD enquanto marco teórico, elucida o caminho para que se faça uma reflexão histórica acerca do modelo de capitalismo dependente que fora se consolidando neste território, para que assim, em um movimento dialético, se possa pensar a atualidade deste capitalismo ainda e cada vez mais dependente. Compreender as especificidades latino americanas desde sua inserção na economia mundial, me ressalta a importância de se refletir acerca da condição de trabalho nos dias atuais; que a meu entendimento, vem se precarizando a nível absurdo e impulsiona o processo de superexploração da força de trabalho.

2.2 – A concepção clássica da categoria superexploração da Força de Trabalho: Fundamento da dependência.

Buscando explicitar de forma mais objetiva e diretiva a categoria superexploração da força de trabalho, saliento neste item sua concepção clássica cunhada por Ruy Mauro Marini, isto é, o entendimento desta categoria enquanto fundamento da dependência, condição dos países latino-americanos sob os marcos do capitalismo dependente.

Como já mencionado nos itens anteriores, a SFT manifesta-se no cenário real enquanto um mecanismo de compensação da perda de lucros, de perda de mais-valia que ocorre no processo de troca de valores, troca de equivalentes entre os países de economia central e os de economia dependente. (MARINI, 2005). A burguesia dos países dependentes, uma vez que subordinadas a uma posição débil na relação de trocas, busca suprir esta subordinação a partir da esfera da produção interna, intensificando o processo de exploração do trabalhador; destaca Marini:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2005, p.22)

Esta troca desigual, ou posição desigual nas relações de mercado que ocupam os países dependentes, tem como consequência uma burguesia local que tem sede, excitação, compulsão por lucro, e buscam aumenta-los no âmbito interno, através de um movimento de aperfeiçoamento e elevação dos métodos de extração de mais trabalho, de trabalho excedente

(MARINI, 2005); esta condição interna foi necessária para a reprodução de um capitalismo a nível mundial.

O entendimento desta categoria dá rigor teórico metodológico à compreensão da realidade do trabalho nos países latino americanos e fomenta a luta política pela transformação da ordem societária. De forma evidente, nas economias dependentes, o modelo de produção não preconiza o aperfeiçoamento da capacidade produtiva, mas sim uma acentuação do grau de exploração do trabalhador uma vez que a produção é fundamentada especificamente pelo uso intenso e extenso da força de trabalho.

Como já destacado, são negadas ao trabalhador todas as condições necessárias para a reposição de sua força de trabalho (MARINI, 2005). É vetado o acesso às condições necessárias para repor o desgaste gerado quando da venda da sua força de trabalho. Este fato culmina em um esgotamento precoce do seu tempo de vida útil, uma vez que este trabalhador passa a maior parte do tempo submetido a um dispêndio de energia elevado, superior ao que deveria ser considerado normal.

No sistema capitalista, a vida das pessoas se torna responsabilidade individual, importando apenas o tempo em que sua força de trabalho pode ser utilizada-explorada, e no caso das economias dependentes, o tempo em que ela pode ser superexplorada. Nos países latino-americanos são retirados dos trabalhadores até mesmo sua capacidade de consumo do que seria indispensável para resguardar e perpetuar sua força de trabalho, movimento este que também configura o processo de superexploração. Sob este cenário e condição, os trabalhadores têm o valor de sua força de trabalho violada de diversas formas, incluindo a remuneração abaixo do valor, como já explicitado. Dessa forma

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; (2) e que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (LUCE, 2012, p.122).

Refletindo mais precisamente acerca da remuneração dos trabalhadores nas economias dependentes, do assalariamento, este se manifesta enquanto um processo onde se contrata força de trabalho abaixo de seu valor e converte parte deste fundo que seria destinado ao consumo, em fundo de acumulação de capital; este mecanismo, faz com que ocorra uma perda do poder de compra dos salários e reafirma a condição de superexploração do trabalhador. (LUCE, 2012). No Brasil, por exemplo, país de capitalismo dependente, os aumentos salariais são “ilusórios”⁷, pois, servem para criar uma ideologia de “divisão mais igualitária” da riqueza socialmente

⁷ Ver: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

produzida, porém só ocorrem quando também se aumentam os lucros do capital; em suma, são aumentos salariais reais, mas que não causam uma melhoria efetiva na qualidade de vida do trabalhador. Nesse cenário ganham relevância as políticas sociais e o papel por elas desempenhado, o de proporcionar uma melhoria imediata e pontual à condição de vida de grande parcela da classe trabalhadora, uma vez que tem o objetivo de minimizar a desigualdade de renda gerada pelo próprio capital. O que quero dizer, é que nessa cena não se debate a melhoria efetiva do salário mínimo, e sim se investe em políticas sociais sobre uma ótica de “suprir necessidades básicas” do trabalhador, o que acaba por se configurar uma condição necessária à própria existência biológica-física do mesmo neste continente marcado pela SFT.

Compreender a categoria superexploração é refletir acerca das múltiplas dimensões que perpassam a relação capital e trabalho no capitalismo dependente, isto é, compreender como a esfera da produção e da reprodução social são moldadas e configuradas enquanto mecanismos de exploração encravados na América Latina desde os primórdios do capitalismo e que se perpetuam e se complexificam nos dias atuais.

Assim como citado por Marini (2005), um dos mecanismos de superexploração é o prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, o aumento do tempo de trabalho do indivíduo; aumento da extração de mais-valia por parte do capitalista sem promover um aumento dos salários (LUCE, 2012), processo que se aprofunda ao passar dos anos.

Buscando trazer o debate clássico da superexploração da força de trabalho para a atualidade do Brasil, temos por exemplo o uso cada vez mais desmedido das horas extras no processo de trabalho, um mecanismo de trabalho que por mais que promova um valor adicional no salário final do trabalhador, não promove a reposição do desgaste gerado na sua força de trabalho; melhor dizendo, o acúmulo de horas extras de trabalho e a remuneração adicional não promovem a recuperação física e psíquica do desgaste que foi gerado no indivíduo (LUCE, 2012).

O mesmo pode de se dizer do “banco de horas”, um mecanismo-forma contemporânea de superexploração onde a jornada de trabalho se torna variável de acordo com as necessidades da empresa, fato este que implica em uma alteração-confusão na vida externa do trabalho, uma desorganização de suas necessidades individuais e sociais (LUCE, 2012), além de promover uma queda no salário na medida em que muitas vezes estas horas variáveis escondidas por trás do discurso ideológico de “cooperação”, não são pagas de acordo com o que deveria ser realizado por lei.

Devido ao fato da força de trabalho ser remunerada abaixo de seu valor a ponto de o trabalhador não conseguir consumir nem o básico para a reprodução de sua existência, este

muitas das vezes se encontra obrigado a vender sua força de trabalho em vários empregos, o que também aumenta sua jornada de trabalho. É recorrente a questão da dupla, da tripla jornada de trabalho no cotidiano e vida de homens e mulheres latino-americanos.

Dando sequência ao debate, pode-se dizer que a SFT se materializa também no processo intensificação da jornada de trabalho, de aumento do ritmo de trabalho, processo que promove uma elevação no dispêndio de força física e psíquica do indivíduo e o leva a um desgaste precoce; um nível de desgaste que nunca poderá ser resposto através das “melhorias salariais”, através do acesso a bens materiais. (LUCE, 2012).

O período de trabalho é cada vez mais intensificado, o desenvolvimento do processo produtivo obriga o trabalhador a se esforçar cada vez mais, este se encontra preso a estruturas de trabalhos definidas, que promovem disputas, articulam metas de produção, incentivam as concorrências individuais e entre grupos de trabalho, impõe o discurso de polivalência enquanto método de análise do trabalhador, impõe o banco de horas, o just-in-time, entre outras formas de superexploração, que obrigam diretamente o trabalhador a exaurir o máximo de sua energia vital, tendo seu tempo de vida gradualmente substituído pelo tempo de trabalho, como por exemplo nos longos trajetos para chegar ao trabalho, um deslocamento que promove desgaste do trabalhador de forma oculta. *“Ou seja, sempre que pode, o capital procura aproveitar cada novo avanço nas forças produtivas, cada inovação na organização técnica do trabalho para imprimir um ritmo mais intenso ao trabalho”* (LUCE, 2012, p.132).

O resultado desta elevação na intensidade do trabalho que vai ocorrendo de forma sorrateira, é o surgimento de doenças físicas e psíquicas advindas do processo de trabalho, além da ocorrência de acidentes de trabalho que levam desde a perda de membros corporais, traumas psicológicos ou à morte.

Outra característica pertinente a se destacar, pois também configura um fundamento da superexploração, é a questão de que no decorrer dos anos ocorrem alterações no valor histórico da força de trabalho, mudanças no seu significado sem que haja uma alteração efetiva nos salários que acompanhe este processo. Melhor dizendo, este fenômeno está ligado ao surgimento de novas necessidades da força de trabalho como a exigência de sua qualificação sem que a remuneração se eleve de forma significativa. Como já explicitado anteriormente, é um movimento ligado às alterações que ocorrem nas composições gerais do sistema produtivo, e no processo de valorização e circulação de mercadorias, sem que o salário seja alterado de forma a “suprir” estas novas necessidades. Cabe destacar que nesta modalidade de superexploração, a remuneração não condiz com o processo de qualificação da força de

trabalho, assim como também se mostra não suficiente para a promoção de acesso às novas mercadorias produzidas pela própria classe trabalhadora. (LUCE, 2012)

O capitalismo dependente eleva suas taxas de lucro, aumentando as forças produtivas e investindo, reorganizando a composição técnica do capital, porém, realiza tais mudanças sem promover melhorias à classe trabalhadora. O desenvolvimento deste sistema produtivo cria novas necessidades de consumo, novas mercadorias e bens materiais que passam a ser necessários a toda população, porém, os capitalistas criam estes novos produtos sem que os que os produzem tenham condição de consumir; ou seja, aprimoram o valor da força de trabalho, sem mudança significativa na sua remuneração e com isso tais necessidades tornam-se quase “impossíveis” de satisfação pela via do consumo, pela possibilidade de o trabalhador garantir enquanto consumidor, processo este que (re)coloca mais uma vez o trabalhador brasileiro em condição de superexploração. (LUCE, 2012).

Mesmo que ocorra em alguns períodos uma elevação na remuneração, esta quantia não dá conta de suprir ou recuperar o desgaste vital promovido durante todo o árduo processo de trabalho; ou seja, apesar de a elevação salarial se apresentar como melhoria, esta não dá conta de promover um efetivo acesso aos bens materiais não alterando a condição de vida e o papel-função desempenhado enquanto força de trabalho.

Aprofundando o debate acerca da superexploração da força de trabalho em estudo recentemente publicado, o autor Mathias Seibel Luce (2018) que alinha suas ideias a partir das reflexões de Ruy Mauro Marini, destaca oito pontos com os quais a categoria superexploração não deve ser confundida, são eles: 1) “*persistência de formas antediluvianas do capital*” (LUCE, 2018, p.135), ou seja, não deve ser confundida com formas pré-capitalista de existências, de troca de capital, pois, a lei do valor, a produção de mais-valor a partir da sucção de mais-valia e a possibilidade de reposição rápida da mercadoria força de trabalho uma vez desgastada, processo que realiza sua desvalorização efetiva, são condições para ser superexploração.

Não deve ser confundida com 2) “*taxa superior de mais-valia*” (LUCE, 2018), pois esta perspectiva não leva em consideração a superexploração enquanto fundamento da dependência, relacionando a categoria apenas com “grau” de exploração. 3) “*sinônimo de mais-valia absoluta e ausência de mais-valia relativa*” (LUCE, 2018), pois, não significa que nas economias dependentes seja impossível extrair mais-valia relativa, porém, nestes espaços sociais, isso ocorre de maneira muito mais fraca, com menos potência (LUCE, 2018) se comparado a como ocorre nos países imperialistas. 4) “*ausência de elevação da produtividade*” (LUCE, 2018), uma vez que, nas economias dependentes ocorre sim a elevação da

produtividade, porém de forma mais limitada, subordinada às leis econômicas dos países imperialistas, ocorre de forma amarrada à posição da América Latina na relação de capitalismo mundial.

É um equívoco reduzir a categoria ao sinônimo de: 5) “*pauperismo e tese subconsumista*” (LUCE, 2018), pois, a categoria tem relação com o pauperismo, mas nem sempre é a causadora principal. 6) “*Circulacionismo*” (LUCE, 2018), reduzindo a posição de dependência dos países latino-americanos apenas ao âmbito da circulação. 7) “*tendência geral do capitalismo em todos os lugares*” (LUCE, 2018), pois, como já explicitado anteriormente, superexploração da força de trabalho é o fundamento da condição de dependência e não algo simplesmente natural-causal ligado apenas ao acirramento da concorrência entre capitalistas e entre economias capitalistas. E por fim, como sinônimo de 8) “*anulação da lei do valor*” (LUCE, 2018), destaca o autor:

A exploração que é *superexploração* não é exploração maior medida pela taxa de mais-valia, como já esclarecemos, e sim, agudização, exacerbação, exasperação capitalista. Mas no que reside essa agudização ou exacerbação? Qual sua relação com a lei do valor? Como explicá-la? Para se aproximar de seu conteúdo Marini teve necessidade de lançar mão de símiles. A série de expressões caracteriais utilizadas por Marini para qualificar o funcionamento da lei do valor nas economias dependentes, sob as relações de superexploração – *violar, eludir, burlar, transgredir* – são por ele utilizadas nessa função (LUCE, 2018, p.151/152).

Luce (2018) também destaca categorias mediadoras da superexploração, buscando analisar sua essência, seus fundamentos internos. Uma destas categorias é o “*valor diário e valor total*” (LUCE, 2018), mediação esta que explicita que a força de trabalho contém um valor diário e um valor total, movimento este no qual o capitalista busca absorver o máximo de trabalho excedente economizando o máximo que puder no pagamento.

Outra mediação, é o “*fundo de consumo e fundo de vida*” (LUCE, 2018), que destaca a força de trabalho enquanto substância do valor, uma força que contém um tempo de vida útil e que se reproduz de forma diferente de acordo com os diferentes espaços, ou seja, as determinações de seu valor variam de acordo com a economia capitalista. Esta categoria busca explicitar a existência de uma conexão entre o desgaste da força de trabalho e a necessidade de sua reposição, evidencia a relação existente entre o consumo desta força de trabalho por parte do capitalista com o consumo individual do trabalhador em prol de sua recuperação e seu tempo de vida; expõe que de fato ocorre uma conversão do fundo de remuneração em fundo de capital. “*O consumo individual do trabalhador na satisfação de necessidades mediante o acesso a valores de uso necessários, bem como o seu repouso, cumprem uma função direta para a restauração de suas energias físico-psíquicas*” (LUCE, 2018, p.158).

Continua destacando: “*valor normal e violação do valor*”, categoria que ressalta o fato de que nas economias dependentes existem leis capitalistas específicas; a América Latina tem seu processo produtivo baseado na superexploração enquanto mecanismo de compensação, ou seja, o nível de desgaste da força de trabalho e sua relação com a remuneração acontecem de forma distinta das economias centrais. O fato de os salários nos países imperialistas serem mais elevados do que nas economias dependentes ocorre, não por ausência de lutas da classe trabalhadora na América Latina, mas pela sua inserção desigual e subordinada na economia mundial (LUCE, 2018).

A existência de um exército industrial de reserva elevado, de uma burguesia local e um Estado que faz menos concessões à classe trabalhadora, de um exército de trabalhadores que tem seu fundo de consumo deslocado para o fundo de acumulação capitalista; são fatores que dão condições para que ocorra a violação do valor da força de trabalho nos países latino americanos, ou seja, dão condições para que a remuneração esteja abaixo do valor normal.

Luce (2018) destaca também a: “*transferência de valor e superexploração como mecanismo de compensação*”, argumento que como já destacado neste estudo fundamenta a dependência. A superexploração da força de trabalho pressupõe suprir o déficit da América Latina na troca desigual de valores com os países de economia central, constitui uma estratégia de acumulação da burguesia dos países dependentes.

Todavia, adentrando melhor à questão das formas de superexploração, como já explicitado, existem três mecanismos principais: a remuneração da força de trabalho inferior ao seu valor, o prolongamento da jornada de trabalho, e a intensificação da jornada de trabalho. Entretanto, orientado pelos estudos e formulações de Marini, Mathias Seibel Luce destaca: “*Existe, ainda, uma quarta forma, [...] que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada*” (LUCE, 2018, p.178).

No caso da remuneração abaixo de seu valor, não é que isto não ocorra nas economias centrais, porém em alguns períodos esta remuneração chegou perto do valor “normal”, já nas economias dependentes esta remuneração é sempre abaixo, a nível distante do valor “normal”, onde fica difícil para o trabalhador consumir até o indispensável, este se encontra fielmente sabotado da esfera do consumo. Nas palavras de Luce (2018, p.182) “*Se o salário não alcança, de modo recorrente, a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração*”.

No que diz respeito ao prolongamento da jornada de trabalho, como já explicitado, este mecanismo é usado de forma expressiva na América Latina. O trabalhador tem seu tempo de

vida usurpado em prol da reprodução do capital dependente, realização esta que ele mesmo não está incluso a não ser na condição de força de trabalho superexplorada e facilmente substituível. O esgotamento de sua força de trabalho e de sua vida acontece prematuramente, precoce, uma vez que é submetido à uma estrutura de superexploração que encurta sua existência.

O capitalismo dependente usurpa a vida do trabalhador superexplorado, em seu presente, e também em seus anos futuros, na medida em que, tal desgaste não pode ser repostado, recuperado, recompensado, uma vez que o uso de sua força de trabalho esteve submissa por anos reiterados à jornadas elevadas de trabalho (LUCE, 2018).

Por exemplo, no caso do Brasil, na realidade contemporânea, o que se observa é o já mencionado anteriormente: uso de horas extras, banco de horas, ou a necessidade de fazer “bicos” e ter outros empregos para completar renda. Isso se torna e se apresenta como um processo “natural”, ou seja, de forma oculta a partir das ideologias neoliberais.

podemos mencionar algumas medidas adotadas pelo Estado brasileiro sancionando a violação do valor da força de trabalho: (1) banco de horas; (2) abertura do comércio aos domingos; (3) flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas, autorizando a venda e um terço das férias, facultando negociar redução de 50% do horário de almoço etc. (LUCE, 2018, p.187)

As medidas de superexploração se manifestam como um atentado ao tempo de vida do trabalhador, diminui-se o movimento de contratação de novas pessoas, responsabilizando o trabalhador por um dispêndio de energia cada vez maior para suprir as necessidades do capital; este conta com menos tempo de lazer, descanso, alimentação, repouso, uma perda no seu tempo de vida útil que não é recuperável com o acesso à mais mercadorias; o trabalhador tem seu fundo de vida violado e tem que buscar suprir a partir do baixo salário recebido, o que é impossível.

No que diz respeito ao aumento da intensidade do trabalho, mecanismo que também já foi explicitado nas páginas anteriores, podemos dizer que consiste na elevação da intensidade no momento de trabalho, no próprio ato, elevação do ritmo de trabalho, do dispêndio de energia no exercício do trabalho; se expressa na premissa por mais trabalho a partir de metodologias mais intensivas de trabalho. O indivíduo passa a ter que produzir mais sem que ocorra uma alteração dos componentes técnicos do capital; os capitalistas visam articular o mecanismo de intensificação da jornada de trabalho com o aumento da produtividade, sendo este também um mecanismo de recuperação das diferenças ocorridas no âmbito da concorrência, já que alguns concorrentes conseguem empregar um maior número de maquinarias do que outros; como já destacado, constitui um mecanismo de compensação.

A consequência de processos de trabalho intensificados é o esgotamento do trabalhador, sua fadiga, seu adoecimento precoce, sua morte, exaustão elevada; além de acidentes do trabalho que causam desde perdas psíquico-físicas ao indivíduo até seu óbito.

Dando maior rigor ao que pode ser considerado uma quarta modalidade de superexploração no qual Luce (2018, p.192) tratou como “*hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida*”, apontamos que este mecanismo se expressa no fato de que o capital cria novas necessidades de consumo, necessidades as quais o trabalhador superexplorado não tem fácil acesso; melhor dizendo; bens que antes eram considerados de luxo são substituídos por novos bens devido ao avanço da tecnologia, logo, estes antigos bens se tornam bens necessários, ou bens salários, se tornam bens impostos pelo capital à esfera de consumo, como buscamos demonstrar anteriormente.

Este hiato no qual se encontra o trabalhador da economia dependente – hiato que é também legitimado por um Estado e empresas que fazem menos concessões à classe trabalhadora do que nas economias centrais – coloca o indivíduo em uma posição no qual se encontra incapaz de reproduzir a esfera do consumo e suas novas necessidades; processo este que o obriga a se submeter à superexploração de sua força de trabalho, fazendo com que necessite buscar, como já explicitado, mais de um emprego, praticar horas extras, negociar suas férias, negociar seu almoço, economizar na alimentação ou no lazer, etc. Resumidamente: obriga o indivíduo a trabalhar redobrado para conseguir acessar as novas necessidades que a cada período são impostas pelo capital.

É uma situação que compromete seu fundo de vida no presente, com o dispêndio intenso e prolongado de energia e também compromete seu fundo de vida no futuro, na medida em que tal situação além de prender o trabalhador às estruturas econômicas de dívidas, empréstimos, o faz herdar doenças físico-psíquicas, a viver diariamente seu desgaste precoce. “*Em suma, a superexploração é uma característica estrutural do capitalismo dependente. Ela é o fundamento inclusive de economias com maior desenvolvimento relativo na região latino-americana, como o Brasil*” (LUCÉ, 2018, p.196).

Conclusivamente, é perceptível que a condição de superexploração tem se perpetuado e se elevado, pois, o que se observa no cenário atual são parcerias entre o Estado e a burguesia local que remetem sempre à submissão total da classe trabalhadora e do Estado-Nação ao capital internacional-monopolista, às exigências externas, que dão ênfase à condição de dependência; conta esta que é cada vez mais fielmente paga pelos trabalhadores, paga durante seu processo intenso e extenso de trabalho, e na baixa remuneração recebida, o que implica na sua não

presença na esfera do consumo, reafirmando a premissa de que: o que a América Latina produz, não é para ela, é para fora.

CAPÍTULO 3 - O debate contemporâneo e as polêmicas acerca da categoria Superexploração da Força de Trabalho.

Buscaremos neste capítulo explicitar as diferentes e por vezes divergentes posições e concepções de três autores ligados à TMD sobre a categoria SFT. Tais divergências e diferenças dão-se primeiramente pela compreensão de que cada autor possui da formulação original de Marini, bem como, do entendimento do mundo contemporâneo, do capitalismo dependente neste contexto atual, de entrada no século XXI. A primeira interpretação apresentada será a do argentino Cláudio Katz, posteriormente apresenta-se a posição do chileno, radicado no México desde o golpe no Chile no ano de 1973 Jaime Osório e, por fim a posição do mexicano Adrián Sotelo Valencia. Destaca-se que tais posições foram publicadas em textos-artigos recentes da vida acadêmica destes autores e acirraram o debate no seio da TMD sobre a categoria SFT, sua pertinência, necessidade ou não de atualização passados mais de 40 anos de sua formulação original por Marini, possíveis deformações imprimidas ao sentido e compreensão da categoria, dentre outras questões que buscaremos evidenciar ao longo dos itens elaborados e apresentados a seguir.

3.1 – O entendimento de Claudio Katz.

Claudio Katz é um economista argentino, nascido em 1954, formado em economia e doutor em geografia, que além de dar aula na Universidade de Buenos Aires está envolvido com diversas atividades, como: seminários, projetos, fóruns, pesquisa, divulgação de livros, participação em sindicatos, entre outras. Em suma, é um autor que busca interpretar o capitalismo contemporâneo e a realidade latino-americana.

Acerca da superexploração, que é o tema central deste trabalho, o autor elucida que este tema se trata de um assunto polêmico. No artigo “*Controversias sobre la superexplotación*”, Katz inicia o debate demarcando que a superexploração afeta a todos os conjuntos de trabalhadores em situação mais vulnerável, isto em todas as economias capitalistas, sendo um modo de exploração que não tem distinção no que diz respeito a sua relação com as economias avançadas e subdesenvolvidas (KATZ, 2018). Evidencia que a situação de dependência poderia ser compreendida a partir do entendimento das divergências salariais; ou seja, algumas economias possuem níveis altos de salários, outras nível médio e outras nível baixo, tais diferenças justificariam as assimetrias entre as economias; seus níveis salariais dependem do

lugar em que o país ocupa no processo de divisão mundial do trabalho e do salário médio em vigência. (KATZ, 2018).

Desta forma, o autor explicita alguns questionamentos: se esta categoria ainda deveria ser utilizada na atualidade? se ainda poderia ser usada para entender a posição central ou dependente de um país? já que, no seu entender, a superexploração da força de trabalho se tornou algo generalizado no mundo desenvolvido.

Na visão deste, a desarmonia econômica entre os países ocorre por haver salários baixos em algumas regiões, e não por ocorrer uma violação do valor da força de trabalho, ou seja, o pagamento de uma remuneração abaixo do valor desta força.

Pero esos desequilibrios obedecen a la simple vigencia de salarios más reducidos. No implican pagos por debajo del valor de la fuerza de trabajo. Como los ingresos de la población son más acotados, las obstrucciones a la acumulación son más significativas (KATZ, 2018, p.2).

Diferente do trabalho escravo, o trabalhador no capitalismo, uma vez que contratado para realização de um trabalho, recebe um retorno que lhe permite atuar na esfera do consumo (KATZ, 2018), e esta espiral é o que garante a reprodução contínua do sistema, portanto, para este economista a ideia de uma sub-remuneração, de uma remuneração insuficiente, seria incompatível com a reprodução do próprio sistema capitalista.

Nesta perspectiva, entende-se que o processo de acumulação nos países dependentes não se sustenta somente pelo segmento de bens de luxo, mas também pela existência de um segmento de mercadorias que não são só luxuosas. Este segmento, está vinculado a um estreitamento do poder de compra dos trabalhadores devido à prevalência de baixos salários, e não à prevalência de um subconsumo; questão esta que justificaria o fato de as crises de realização do capital nas economias subdesenvolvidas serem aguçadas.

Katz critica a compreensão do autor “*Jaime Osório*”, que ao contrário dele, acredita que nas economias dependentes ocorre uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho; e assim, destaca:

Al postular la preeminencia de salarios inferiores a lo requerido para la reproducción de los trabajadores, Osorio repite los viejos errores que emergieron en los debates sobre la pauperización absoluta. En esas polémicas se demostró, que un proletariado desprovisto de los bienes necesarios para su subsistencia tendería a padecer un deterioro terminal. Esa demolición le impediría actuar como una fuerza dirigente en los procesos de emancipación. [...] La potencialidad revolucionaria de esa gigantesca masa de asalariados sólo es congruente con remuneraciones acordes al valor de la fuerza de trabajo. (KATZ, 2018, p.2)

Nesta perspectiva, pensar em superexploração limita a compreensão da atualidade, ou seja, a compreensão de que existem diferentes valores para a força de trabalho, distintos salários

de acordo com a posição de cada economia e com os diferentes processos de trabalho. Para este autor, a superexploração não leva em consideração a dinâmica existente entre os setores formal e informal; *“La sencilla estimación de valores altos, medios o bajos de la fuerza de trabajo es más pertinente para comprender la dinámica de la mundialización neoliberal”* (KATZ, 2018, p.5).

Assim, Katz evidencia que Marini desenvolveu conceitos e categorias de acordo com sua época, seu tempo de vida; dessa forma, seria necessário que estas concepções fossem reformuladas conforme a contemporaneidade na medida em que a superexploração se tornou uma característica comum de todas as economias capitalistas. (KATZ, 2018).

Em uma entrevista intitulada *“Hacia una renovación del paradigma de la Teoría de la Dependencia”*, ocorrida no ano de 2018, observa-se que o autor reconhece que a América Latina no cenário atual, encontra-se em situação mais dependente do que nos anos de 1970. Posição esta que ressalta a importância, para ele, de uma espécie de “renovação da TMD”, a necessidade de se fazer uma alteração de acordo com a contemporaneidade. Nesta entrevista Katz destaca: *“Si. Yo me ubico en ese terreno de reivindicación de la teoría, señalando al mismo tiempo la necesidad de introducir importantes actualizaciones y modificaciones. En este plano hay varios temas en discusión. El primero es la superexplotación”* (KATZ, 2018, p.8).

Ainda nesta linha de raciocínio, o autor destaca que o período neoliberal é distinto do que fora analisado por Marini, contendo novos modos de extração de mais-valia, novos conceitos pertinentes ao mundo globalizado; desta forma a ideia de distinção entre exploração nas economias centrais e superexploração nos países em condição de dependência não seria mais uma definição exata.

Ese sistema se basa en una agresión permanente contra los trabajadores, asentada en el predominio de las empresas transnacionales. Hace cuarenta años ya era un capitalismo mundial pero sin cadenas de valor. Ahora predomina la globalización productiva, que define las formas de expansión de la mundialización financiera y de los nuevos mecanismos de extracción de plusvalía. La distinción entre explotación del centro y superexplotación en la periferia ya no constituye un criterio acertado. Hay expresiones de ambos tipos en ambos polos de la economía mundial, con fuertes diferencias en el status del trabajo formal e informal. (KATZ, 2018, p.8).

Sustenta que as estruturas e o processo hierárquico não são mais os mesmos, assim como a diluição dos empregos, que agora é maior. Nesta concepção, entende-se que existem alguns elementos que tinham validade no passado mas não tem mais para a cena atual, dessa forma as categorias devem ser reformadas. (KATZ, 2018).

Apoiado em autores que acreditam na possibilidade de uma TMD sem a categoria superexploração, Katz escreve o texto *“Aciertos y problemas de la superexplotación”*, onde

mais uma vez reforça a ideia de que uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho impediria o processo de acumulação, uma vez que os trabalhadores chegariam a seu grau máximo de desgaste; assim destaca que a força de trabalho é paga pelo valor de acordo com a mercadoria. *“La violación de esos criterios amenazaría la propia supervivencia de los trabajadores. Si no reciben los bienes requeridos para subsistir tenderían a padecer un deterioro, que socavaría el nutriente humano del sistema”* (KATZ, 2017, p.2)

Nesta compreensão, as diferenças salariais podem ser explicadas pelo grau de desenvolvimento interno, pelas lutas de classe e pela posição que o país ocupa em relação ao processo de estratificação mundial. Explicita que as oscilações que ocorrem na divisão mundial do trabalho, influenciam na diminuição ou aumento das remunerações; no entanto, nesta concepção, para que se possa compreender os variados valores da remuneração (altos, baixos, médios) podem ser usados conceitos marxistas clássicos, sendo dispensável a categoria superexploração. *“¿Cómo se podría reformular la intuición de Marini sin los problemas conceptuales de la superexplotación? [...] La solución más sencilla es postular que en esas regiones predomina un valor bajo de la fuerza de trabajo.”* (KATZ, 2017, p.3)

O valor da força de trabalho pressupõe suprir as necessidades fisiológicas e sociais do indivíduo, assim, o autor evidencia que não existe uma quantia de remuneração exata que especifique o que é exatamente necessário para suprir tais necessidades; tudo depende de como são analisadas as necessidades do valor da força de trabalho em cada região (KATZ, 2017), uma vez em que este processo de assalariamento está relacionado com o avanço produtivo de cada país e sua posição na escala global. *“¿Qué bienes se privilegia y cuáles se descartan? ¿Esos requerimientos incluyen el automóvil, las vacaciones y los servicios de salud?”* (KATZ, 2017, p.4)

Apoiado sobre os estudos de “Dussel”, neste modelo de interpretação da realidade latino-americana, entende-se que a forma no qual se configura o processo de trabalho nos países dependentes é um efeito da situação de subdesenvolvimento, e não sua raiz; assim acrescenta:

La corrección que introduce Dussel permite superar el sobre-dimensionamiento de la superexplotación. También contribuye a introducir reemplazos del pago por debajo del valor de la fuerza de trabajo por remuneraciones acordes al bajo valor de ese recurso. Con este replanteo se puede avanzar en la actualización de la teoría de la dependencia. (KATZ, 2017, p.6)

Visando defender uma teoria da dependência sem a categoria superexploração, ancorado aos estudos de “Amin”, ainda no mesmo artigo é destacado que a desigualdade global está relacionada à existência de estruturas dominantes e subordinadas na composição do mercado mundial. Compreende-se que as relações de dependência são determinadas pela polarização das

leis do mercado mundial, estando a questão das distintas remunerações entre os países capitalistas ligadas às divergências de produtividade. Assim o autor destaca acerca do menor poder de consumo: *“La retracción del consumo obedece a la simple vigencia de salarios reducidos. No implica pagos por debajo del valor de la fuerza de trabajo”* (KATZ, 2017, p.9)

Assim, Katz reivindica uma atualização da TMD, que troque a ideia de pagamento do valor da força de trabalho abaixo de seu valor, por baixa remuneração deste recurso (KATZ, 2017), pois, para que se interprete a condição do subdesenvolvimento e atraso na atualidade é preciso que se leve em consideração um processo neoliberal diferente do analisado por Marini; que se leve em consideração a diversificação dos empregos, das qualificações, das alterações nos fundamentos do salário e os complexos processos de estratificação; deve-se considerar a relação existente entre os investimentos de cada país e o valor da força de trabalho.

De forma conclusiva deste item, o autor frisa que a perspectiva que leva em consideração a vigência da superexploração da força de trabalho, não leva em consideração o surgimento de diferentes segmentos do mercado de trabalho, desconsidera o processo de elevação da informalidade do trabalho e a pobreza em nível universal; frisando que a extensão da superexploração a todas as economias foi algo visualizado pelo próprio Marini, e desta forma: *“si la superexplotación se ha extendido a escala universal, ya no constituye un mecanismo propio del capitalismo dependiente. Ha perdido la especificidad que le asignaba Marini”*. (KATZ, 2017, p.14).

3.2 – O entendimento de Jaime Osório

O autor, professor e também pesquisador “Jaime Osorio”, é um chileno radicado no México que estudou e estuda as particularidades do capitalismo dependente, tendo como um de seus principais inspiradores o autor Ruy Mauro Marini, ou seja, Osório é um dos principais discípulos de Marini e, alinhado a este, suas formulações vão no sentido de explicitar a configuração de um capitalismo dependente, que se desenvolve de forma peculiar em relação aos países imperialistas.

Adentrando melhor à questão da superexploração da força de trabalho, diferente do pensamento de Katz que já fora explicitado no item anterior, Osório compreende a categoria enquanto fundamental-central para se interpretar a dependência e o subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

No texto *“Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente”* (2018), oposto à posição de Claudio Katz, Osório explicita uma divergência crucial, sendo que, para ele, o que

Marini destaca-explicita é a ideia de uma remuneração abaixo de seu valor; já o que Katz busca fazer é examinar os níveis do valor da força de trabalho, se são altos, baixos ou médios.

Alinhado aos estudos de Marx, o autor destaca também o entendimento de que o valor da força de trabalho se manifesta na relação entre o desgaste da energia físico-psíquica do trabalhador e sua reposição; dessa forma as elevações que ocorrem nas horas, na intensidade do ritmo de trabalho, devem alterar o valor da força de trabalho.

Entretanto, quando se fala em “condição normal” de reprodução do ser vivo, esta não deve ser exclusivamente medida só pela intensidade, pelas horas de trabalho, salários; mas sim também pela qualidade de vida do indivíduo, o que implica em pensar questões culturais, habituais, alimentares, de vestuário, condições de reprodução de uma família, educação, lazer; em suma, são inúmeras variáveis que devem estar envolvidas na determinação de um valor para o salário.

Dessa forma, indo contra a ideia de Katz, que acredita que *Marx* já deixou claro em seus estudos que a remuneração é paga pelo valor da força de trabalho, Osório destaca:

Hasta cierto punto, -señala Marx- cabe compensar el desgaste mayor de la fuerza de trabajo que necesariamente supone toda prolongación de la jornada aumentando al mismo tiempo la remuneración. Pero, rebasado ese punto, el desgaste crece em progresión geométrica, destruyéndose al mismo tiempo todas las condiciones normales de reproducción y funcionamiento de la fuerza de trabajo. A partir de este momento, el precio de la fuerza de trabajo y su grado de explotación dejan de ser magnitudes conmensurables entre sí (MARX, 1973, p.441 apud OSORIO, 2018, p.163)

A evolução do sistema capitalista dá origem a várias economias diversificadas, que contém diferentes formas de exploração; dinâmica esta que forma uma integração entre diversas formas de capitalismo, uma estrutura onde o rumo de alguns países influencia no rumo de outros. Evidentemente, as distintas formas de capitalismo contém leis específicas, contradições próprias, que merecem uma análise concentrada a partir das determinações particulares de cada território. É importante ressaltar que algumas economias apresentam menor produtividade, menor composição orgânica, maior volume de força de trabalho disponível, ou melhor, apresentam determinações que configuram um modelo de exploração específico.

Assim, a TMD busca explicar como se configuram as estruturas do capitalismo dependente. A partir deste entendimento, compreende-se que o capitalismo não constitui uma forma única, ocorrendo intercalações entre o avanço de algumas regiões e o atraso de outras, uma relação que não é simplesmente quantitativa, ou somente interpretada a partir de diferenças de graus, mas sim, uma relação que compõe uma estrutura desigual.

O trabalhador da economia dependente tem uma participação mais limitada na realização da mercadoria; este fator, e os prejuízos ocorridos na troca de valores com o mercado mundial, concebem campo para que seja implantada, que ocorra a superexploração. Ainda nesta linha de raciocínio, cabe destacar também que: a existência de um extenso exército de trabalhadores, facilita com que o capital possa substituir imediatamente a mão de obra esgotada prematuramente; fator que mantém um movimento de pressão constante entre os trabalhadores ativos no mercado de trabalho, e os não ativos. (OSORIO, 2018); são questões que contribuem diretamente para a vigência da superexploração.

Este esgotamento prematuro da força de trabalho, esta exaustão precoce, acarreta em um trabalhador que no futuro – ao chegar em seus quarenta, cinquenta anos de idade – não consegue dar o mesmo retorno ao capital devido o seu desgaste, sendo mantido no mercado com menor produtividade; o que implica em rendas menores, salários inferiores. Um futuro em condições limitadas, com doenças oriundas do processo de superexploração, sem atenção médica devida, estando relacionados às baixas pensões e à pobreza. (OSORIO, 2018).

Este fator não significa absolutamente que será menor a média vital destes trabalhadores, mas evidencia a compreensão de que este trabalhador se reproduz a partir do quadrante da qualidade de vida de um trabalhador superexplorado, que tem sua força de trabalho violada. Ou seja, superexploração não é sinônimo de pauperização. (OSÓRIO, 2018). Dessa maneira, ao contrário do que Katz acredita, o capital tem condições de se reproduzir mesmo com este mecanismo ocorrendo, sendo recorrente.

É preciso considerar que a força de trabalho no capitalismo dependente se desenvolve, porém em condições diferentes das no capitalismo central. O sistema capitalista produz mais-valia relativa e mais-valia absoluta em todas as regiões, porém, isto não ocorre com o mesmo peso, mas sim de formas diversificadas; decorre daí que é um erro considerar que a superexploração da força de trabalho esteja presente, ocorra em todas as economias. Isso somente faz ocorrer o deterioramento do seu significado enquanto categoria fundamental para compreensão da dependência.

Nas economias imperialistas ocorre uma difusão maior dos bens materiais e a quantidade de trabalhadores remunerados abaixo do valor da força de trabalho é menor, ou seja, a maioria dos trabalhadores tem maior participação no mercado interno. Já nas economias dependentes, o pagamento de salários abaixo de seu valor, o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho assumem um caráter estrutural, formando um sistema produtivo voltado para o mercado externo e não interno, sendo o trabalhador menos incluso na realização dos bens. (OSORIO, 2018).

A partir do entendimento deste autor, o que fica evidente é que a SFT constitui um mecanismo que dá condição para a reprodução do capitalismo a nível mundial; e não é somente um acidente, desvio desse sistema em algumas partes do globo. Em suma, a SFT é uma categoria que elucida o capitalismo dependente e o processo de acumulação

La superexplotación es fundamental en la reproducción del capital en el capitalismo dependiente, entre otras razones porque limita el aguijón productivista y debilita la tendencia a generar tecnologías y nuevos equipos en este capitalismo, al tiempo que subsume al grueso de la población trabajadora a condiciones de trabajo predatorias y de vida, marcados por la apropiación de parte del fondo de consumo. Todo ello está en la base de una forma de capitalismo que conduce al desarrollo del subdesarrollo, alejándolo de las rutas y metas que presenta el capitalismo desarrollado. (OSORIO, 2018, p.179/180)

A partir do artigo “*Cuestiones epistémicas en el análisis de la dependencia y del capitalismo dependiente*”, também escrito por Osório; fica evidente que a burguesia promove um movimento de distorção da realidade, deixa ela paralisada, imóvel, como se não fosse uma realidade regida por conflitos cotidianos, contradições; como se a política e o mercado estivessem separados; o mundo das relações de troca de mercadoria aparece como livre, entretanto a coerção política fica invisível.

Assim, a fim de interpretar a realidade, tem-se a necessidade de olhar para além do que o capital impõe, deixa como evidente, explícito, é preciso ir além do que é posto como imediato

Desde aquí ya podemos apreciar la ingenuidad empirista que subyace en quienes se conforman con lo que aparece, con lo dado de manera inmediata. Así algunos afirman que si los salarios son bajos o elevados ello es resultado de que el valor de la fuerza de trabajo es bajo o elevado. (Katz, 2019). Al final asumen sin más que lo que aparece es lo real y éste se presenta como tal, sin ninguna mediación ni distorsión. (OSORIO, 2019, p.3)

Contrário à ideia de que somente as leis tendenciais do capitalismo elaboradas por Marx em “*O Capital*” dão conta de explicar a realidade do capitalismo dependente – sendo dispensável o surgimento de novas categorias e conceitos – o autor reforça que diferentes níveis de abstração exigem diferentes análises das diferentes problemáticas; estas análises devem estar de acordo com as especificidades de cada economia. Dessa forma, o autor acrescenta acerca deste equívoco:

no deja de ser también un error garrafal, porque esa postura no asume los distintos niveles de análisis, y la necesidad de señalar leyes, tendencias y categorías específicas para cada nivel, más allá de la concreción de las presentes en los niveles más abstractos. (OSORIO, 2019, p.9)

Superexploração da força de trabalho se trata de uma categoria específica do capitalismo dependente, uma forma peculiar de exploração que é voltada ao cumprimento de exigências externas, e não das exigências da população local. Nos países de capitalismo dependente, onde

se fundamenta a superexploração, até a violência se instaura de forma peculiar, dominadora, antidemocrática, coercitiva a fim de legitimar e fixar este modelo de exploração.

Cabe explicitar também, que a violação do valor da força de trabalho não pode ser considerada sinônimo de pauperismo absoluto: *“porque la canasta de consumo de los asalariados se incrementa al paso del tiempo como resultado de la transformación de nuevos valores de uso en bienes salarios”* (OSORIO, 2019, p.13). Assim, de fato, atualmente o trabalhador tem maior capacidade de consumir mais valores de uso do que no passado, obtendo condição de acessar mais acessórios, máquinas, eletrodomésticos; produtos de uso imediato, como: geladeira, fogão, chuveiro. Contudo, como destaca Osorio:

El problema es que en una economía en donde reina la superexplotación, la adquisición de estos bienes se hace a costa de otros bienes indispensables, como podría ser gastos en medicinas en consultas médicas, dentistas, para no hablar de disminuir el consumo de carne, huevo, frutas y verduras o vestimenta. (OSORIO, 2019, p.14)

Desta forma, a superexploração possui um peso central e crucial no capitalismo dependente, assume um caráter estrutural, ligado à troca desigual, que em momento nenhum desaparece, e abrange a maior parte da classe trabalhadora. Já nas economias desenvolvidas mesmo que os mecanismos de superexploração apareçam, isso acontece em menor escala, não tem o mesmo peso que nas economias dependentes, sendo um procedimento destinado apenas a um menor segmento da população, em momentos de necessidade, como nas crises.

Em outro texto *“Los avatares de una nueva interpretación sobre el subdesarrollo y la dependencia. Notas críticas a la propuesta de Claudio Katz”*⁸, o autor referenciado neste item se dispõe a fazer uma nota crítica à concepção de Claudio Katz, explicitando que este deturpa o pensamento de Marini e desconsidera os fundamentos da TMD.

Katz considera que uma subremuneração levaria o trabalhador ao estado terminal e desta forma o sistema capitalista seria incapaz de se reproduzir, pois, não haveria trabalhadores; para ele a burguesia tem que pagar os salários pelo valor da força de trabalho, pois caso contrário, a sobrevivência do trabalhador estaria ameaçada. Osorio reforça que o pagamento abaixo do valor não significa que o trabalhador irá morrer com 40 ou 50 anos, mas sim que a venda de sua força de trabalho se realiza sobre e a partir das piores condições e este envelhece com um desgaste que não é recuperável. (OSORIO, 2018).

Katz compreende que a ideia de violação do valor da força de trabalho deve ser substituída pela ideia de: *“baixa remuneração deste recurso”*; evidenciando que a solução é

⁸ Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=2942>

simples, se basearia em entender que as economias obtêm níveis salariais diferentes, e estão organizadas num processo de estratificação, onde cada uma tem seu espaço, sua posição.

Diante esta ideia, Jaime Osorio destaca que a troca desigual e o processo de transferência de valores, estão conectadas à uma estrutura mundial de divisão do trabalho, e a processos políticos que geram divergências nos níveis de forças em cada economia; fato este que gera particularidades, especificidades. Desta maneira, quando se fala em América Latina, é preciso se pensar em um capitalismo com baixa produtividade e um desenvolvimento limitado às exigências imperialistas.

La reproducción en el capitalismo dependiente se sustenta en la superexplotación. Un capitalismo de esta naturaleza no puede competir en los mercados mundiales sin permitir intercambios desiguales. Y dichas transferencias alimentan la baja productividad, una producción volcada a los mercados exteriores, violar el valor de la fuerza de trabajo y el despliegue de un capitalismo que desarrolla el subdesarrollo. (OSÓRIO, 2018)

Nesta mesma linha de raciocínio, ainda criticando os textos elaborados por Claudio Katz, Jaime Osorio escreve o texto: *“Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar”*; onde já começa explicitando novamente que é um equívoco tomar como uma lei absoluta a suposição de Marx de que a força de trabalho seria paga pelo seu valor, sendo tal crença uma ideia que ignora a negação de valor.

Na visão deste autor, se torna um movimento estranho tentar criar uma interpretação da TMD sem superexploração, pois, para os fundadores, como Marini, a superexploração é um dos principais caminhos para o entendimento da dependência, para a compreensão de especificidades.

Apoiado nas reflexões de Marini, o autor evidencia que a superexploração dificulta o processo de transição de uma mais valia-absoluta para uma valia-relativa; além do fato de que este mecanismo de exploração converte parte do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação, processo este que enfraquece o mercado destas economias; uma vez que estão submetidos à superexploração da força de trabalho (OSÓRIO, 2017). Melhor dizendo, este procedimento de extração da mais-valia não aparece como um caráter temporário, transitório, como algo ocasional, acidental nestas economias, mas sim, como um mecanismo sistêmico, continuado.

A dependência é marcada por mecanismos internos, estruturas que reproduzem um capitalismo distinto, peculiar; não pode ser simplesmente resumida pela troca desigual. Isso aponta para a questão de que é preciso aprofundar a compreensão do modelo de acumulação e exploração e como isso implica em um subdesenvolvimento.

En esa lógica la superexplotación ocupa una posición lógica y teórica de la mayor importancia. *Sin la formulación de la superexplotación la teoría marxista de la dependencia seguiría repitiendo lo que hace mucho repiten también otras escuelas y corrientes: bajos salarios, baja composición orgánica, baja productividad, precios de producción por debajo del valor, transferencias de valor, pero sin un tejido conceptual que nos explique por qué todo ello sucede.* (OSORIO, 2017, p.6)

Nesta perspectiva, acredita-se que seja inviável uma ‘atualização da TMD’ como propõe Katz, pois, isto implicaria em desconsiderar seus fundamentos e a importância destes para a interpretação da atualidade.

Assim, diante do tempo presente e da conformação que o capitalismo assume, cabe ressaltar que, apesar de existirem trabalhadores em condição de superexploração nas economias desenvolvidas, isto ocorre em menor escala, sendo um equívoco afirmar que a superexploração seria o modelo de exploração hegemônico nestes locais (OSORIO, 2017).

Katz sustenta que a superexploração não é mais uma característica específica do capitalismo dependente, explicitando que existem trabalhadores empobrecidos ou semi-desempregados em todas as economias, além de uma nova relação entre formalidade e informalidade dos empregos.

Diante do exposto por Katz, Osorio destaca que no capitalismo dependente estas tendências se manifestam de forma estrutural, e não em baixa escala: *“Pero aquí estamos hablando de un sector de trabajadores que su condición de empobrecidos o semi-desempleados no tiene nada de excepcional, sino más bien es una norma en la lógica de la acumulación capitalista”.* (OSORIO, 2017, p.9).

No texto *“¿Renovación de la Teoría marxista de la dependencia o esbozo de una nueva teoría?”*, Osorio destaca que a perspectiva que reivindica uma atualização da TMD, deturpa seus princípios, desvaloriza suas categorias, mais diretamente a superexploração da força de trabalho; melhor dizendo, desconsidera o processo de violação do valor da força de trabalho, postulando que isto seria incompatível com o sistema capitalista; sendo um equívoco postular tal atualização.

Katz acredita que o sistema não viola o valor da força de trabalho a partir do fato de que o trabalhador dos dias atuais consegue acessar mais bens materiais do que o trabalhador do passado; entretanto, acerca deste acesso, Jaime destaca:

En otras palabras, la masa de valores de uso (bienes y servicios) que interviene en el valor de la fuerza de trabajo en el siglo XXI es mayor a la masa de valores de uso que definía el valor de la fuerza de trabajo en el siglo XIX. Si un trabajador en el siglo XXI no puede acceder al conjunto de valores de uso (bienes y servicios) que definen el valor de su fuerza de trabajo, está siendo superexplotado, lo cual no significa que tenga que consumir lo mismo o menos que un trabajador del siglo XIX o antes, para que podamos afirmar lo anterior. (OSORIO, 2018, p.4)

De fato, como já destacado, o esgotamento prematuro da força de trabalho não significa pauperismo e pobreza, mas sim, expressa uma condição peculiar de exploração; uma venda anormal desta mercadoria.

Ao assumir uma postura que entende que o valor da força de trabalho é violado, o autor discorda da concepção de que o que predomina nas economias dependentes é simplesmente um salário baixo, uma remuneração menor, como se as relações entre economia central e dependente pudessem ser resumidas apenas em estratos, diferenças de habilidades, de talentos, ou medidas de esforços. (OSORIO, 2018).

Acreditar que somente a troca desigual explica a dependência é analisar apenas a aparência do problema, é preciso ir mais a fundo para entender o capitalismo dependente, compreender suas particularidades:

Es en esta dirección que alcanzan sentido la tesis de una reproducción capitalista sustentada en la apropiación de parte del fondo de consumo de los productores para convertirlo en fondo de acumulación, bajo los diversos mecanismos cómo opera la superexplotación. (OSORIO, 2018, p.7)

Contudo, Osorio reforça que: não significa que não se deve considerar as questões de renda e diferenças salariais para compreender o funcionamento do capitalismo dependente; entretanto, não se pode tomar esta questão como elemento central explicativo deste modelo de capitalismo, do subdesenvolvimento, como se a dependência fosse um simples paradigma, uma simples consequência.

3.3 – O entendimento de Adrián Sotelo Valencia

O autor Adrián Sotelo Valencia é um sociólogo nascido no México, que atua também como professor e pesquisador e em seus trabalhos-estudos busca entender-problematizar e refletir sobre a dinâmica da dependência.

Sotelo também aponta e explicita uma compreensão acerca da dependência e da SFT que é diferente da compreensão de Claudio Katz, explicitada anteriormente. O autor escreve o artigo: *“CRÍTICA A LA CRÍTICA DE KATZ A MARINI: ¿UNA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA SIN SUPEREXPLORACIÓN? MEJOR UNA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA CON SUPEREXPLORACIÓN REVISITADA Y ACTUALIZADA”* – buscando explicitar sua crítica e divergência com o que Katz aponta, uma vez que, não dispensa a validade da categoria SFT.

Para este autor, o que Katz faz é insistir em uma TMD sem superexploração, uma atualização da TMD que a relaciona com: a questão da generalização da precarização e a baixa remuneração; ideia que apresenta uma confusão entre superexploração e pauperismo. Dessa

forma, Sotelo evidencia que ao autor assumir uma postura que ignora a categoria superexploração da força de trabalho, este reivindica uma atualização que transforma a TMD em uma teoria da dependência seca – “*sustituirla por una "teoría de la dependencia" a secas*” (VALENCIA, 2017, p.2) – já que a superexploração da força de trabalho é uma categoria crucial e central para os estudos de Marini.

Katz defende a ideia de que as divergências existentes na produtividade de cada economia e nas lutas de classe, definem o valor da remuneração (alta, baixa, média), criando uma separação entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nesta concepção, as posições que cada economia ocupa influencia não só nos salários, como nas cestas de consumo (VALENCIA, 2017).

Perante o exposto, Sotelo ressalta que há um mal entendido na compreensão de Katz sobre a questão do valor da força trabalho:

Katz menciona que no se puede cuantificar debido a que incorpora componentes fisiológicos y sociales, además de los histórico-morales y, agregamos nosotros, culturales. Nos recuerda que para Marx lo esencial es la determinación del valor de la fuerza de trabajo de todas las mercancías por la cantidad y el tiempo de trabajo socialmente necesario en su elaboración. (VALENCIA, 2017, p.3)

Apoiado pela reflexão de Marini, entende-se que o processo de transferência de valores das economias dependentes para as economias centrais alimenta a troca desigual; e, usando esta debilidade no mercado como motivo para justificar a sede por lucro, esta burguesia tende a aprimorar os procedimentos de extração da mais-valia nas economias dependentes.

Pero sí hay que recalcar la consecuencia inevitable en el mediano y largo plazos de dichas transferencias de valor y plusvalía desde el dependiente al capitalismo central: tarde o temprano *coadyuva* a redoblar la explotación de la fuerza de trabajo de los países dependientes. (VALENCIA, 2017, p.5)

Nesta linha de raciocínio, o autor destaca que, de fato, existe uma disputa entre setores monopolistas e classes dominantes que leva a um aumento da produtividade, um aumento que está interligado ao desenvolvimento tecnológico. Contudo, nas economias dependentes, este aumento está fielmente relacionado a uma maior exploração do trabalhador, uma vez que estas economias são regidas pela superexploração, um regime de caráter estrutural que é cuidadosamente sustentado pela burguesia, onde independentemente do nível de desenvolvimento que atinjam os países dependentes, sempre irão transferir mais-valor às economias centrais (VALENCIA, 2017). É neste cenário que a superexploração da força de trabalho aparece como um mecanismo indispensável para o entendimento da dependência.

Ainda neste mesmo texto, Sotelo evidencia que Katz postula uma ideia de estratificação do valor da força de trabalho, uma estratificação que explicaria a relação entre desenvolvimento

e subdesenvolvimento; um movimento que para ser entendido só precisaria de conceitos marxistas clássicos e não de novas categorias, especificamente, seria descartável a ideia de SFT.

Nesta perspectiva, a proposta de Katz seria de superar o pensamento de Marini, promovendo uma atualização. Este defende que a dependência está fielmente estabelecida a partir de estruturas polarizadas do mercado global que geram particularidades; divergências no processo de remuneração e consumo.

Entretanto, para Sotelo, o que Katz faz é poupar trabalho ao refletir a superexploração, resumindo as particularidades deste modelo de exploração, as especificidades da condição de dependência à questão de baixa remuneração. Melhor dizendo, nesta perspectiva é como se a relação de dependência pudesse ser explicada a partir de um esqueleto mundial que determina os salários (baixos nas economias dependentes e altos nas economias centrais); ou pudesse ser explicada a partir de menores investimentos que ocorrem nestas regiões, perspectiva esta que também relaciona a retração do consumo a salários menores, e não à violação do valor da força de trabalho.

Divergente desta compreensão, e defendendo a vigência da categoria SFT enquanto fundamento da dependência, Sotelo destaca:

Debemos argumentar, sin embargo, estrictamente hablando, que la superexplotación no se identifica mecánicamente con la existencia de salarios bajos, medios o altos. Sino que, como planteó Marini en diversos textos, lo que institucionaliza y formaliza la superexplotación del trabajo en la economía dependiente es la existencia de un *salario medio* que por lo general está por debajo del valor real y total de la fuerza de trabajo, pero por encima, en alguna proporción, del salario mínimo general que existe en todas las sociedades capitalistas del orbe. La superexplotación, es una categoría esencial que expresa el proceso de expropiación, como dijimos, de parte del valor y del fondo de consumo obrero, aunque la remuneración se encuentre por encima de ese valor. (VALENCIA, 2017, p.9)

Na perspectiva do autor referenciado neste item, a questão dos baixos salários no cenário do capitalismo contemporâneo não pode ser interpretada como ausência ou não presença de uma exploração excessiva. Entende que é exatamente a compreensão da SFT enquanto categoria que elucida o caminho para se entender como se organizam os padrões de remuneração a nível mundial; elucida o caminho para o entendimento das crises, da questão do desemprego e do processo de acumulação e subconsumo. (VALENCIA, 2017)

Alinhado às formulações de Marini, cabe reforçar que na condição de superexploração a força de trabalho não é paga pelo seu valor, o trabalhador tem seu acesso ao consumo limitado, reduzido, tem menor participação na realização dos bens; o próprio nível médio dos salários já se encontra abaixo do valor da força de trabalho, até mesmo os trabalhadores qualificados, que conseguem ter uma remuneração maior, tem seus salários sempre comprimidos para baixo, uma

pressão que ocorre no sentido diminuto, desfavorecido, pois a remuneração média estando abaixo do valor age como uma espécie de regulação nas proporções salariais.

Ainda acerca do debate sobre a SFT, criticando a interpretação de Katz, Sotelo também escreve o artigo: “*Insistiendo en una teoría de la dependencia sin superexplotación. Los Caminos de su disolución*”⁹ – onde inicia o debate destacando que: tratar da ideia de globalização não elimina a relevância de se discutir o significado da SFT. Para Sotelo, a perspectiva postulada por Katz apresenta retrocessos teóricos.

De certa forma, a compreensão de Katz simplifica o significado da SFT, uma vez que a interpreta apenas como um descomplicado ou “natural” pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Entretanto, alinhado a Marini, Sotelo entende a SFT como uma violação do valor da força de trabalho, apropriação de parte do valor que seria necessário para sua reprodução, para a recuperação da sua força de trabalho; além do fato de que o capitalismo dependente é um modelo de produção fundamentado objetivamente sobre uma maior exploração do trabalhador, colocando sua capacidade produtiva em segundo plano. (VALENCIA, 2018).

Nesta linha de raciocínio, o autor ressalta que não é que a mais-valia relativa não se desenvolva no capitalismo dependente, e que a possibilidade de extensão da superexploração nas economias centrais seja inexistente. Destaca Sotelo:

Pero lo que sostenemos nosotros, con Marini, es que el régimen de producción basado en la plusvalía relativa, con todo lo que implica incluso en el plano político, nunca se constituye en hegemónico en la economía dependiente, de la misma manera en que el régimen de superexplotación del trabajo (con salarios superiores, bajos, o medios, no importa) en las economías avanzadas no sustituye la hegemonía que posee la plusvalía relativa desde el período de la revolución industrial en Inglaterra. (VALENCIA, 2018)

Nesta perspectiva, entende-se que a superexploração impede a transição de uma mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, sendo um modelo de produção marcado pelo desemprego (existência de uma população relativa) e por problemas nas realizações dos bens, uma vez que o mercado interno é contraído, ou seja, diferente das economias centrais, neste modelo de exploração o trabalhador e a população tem seu consumo explicitamente limitado.

Para Claudio Katz, a superexploração se trata de um assunto polêmico. Defende que ela se estende para outras economias e não é mais um mecanismo típico das economias dependentes-periféricas, mas sim geral, o que o faz reivindicar a atualização desta teoria (TMD) baseado no entendimento da existência de níveis salariais distintos nos diferentes países e posições que ocupam na economia mundial; entretanto, acerca destes níveis e destas divergências salariais Sotelo frisa que: sempre existiu desde os primórdios do capitalismo.

⁹ Disponível em: <https://www.rebellion.org/noticia.php?id=239965>

O autor demonstra que Marini chegou a afirmar que a superexploração se generaliza, alcançando inclusive os centros avançados. Porém, esta extensão não está resumida à simples existência de vários níveis de salários em todo o mundo ou à ideia de que o capitalismo é maligno. Está ligada à necessidade do capital obter um aumento da taxa de mais-valia e dos lucros, uma vez que a tecnologia passa por um processo de generalização, de globalização; tecnologia esta que sua propriedade privada encontra-se nos países imperialistas.

Contudo, Sotelo destaca: “*La extensión de ese régimen de explotación sustentado en la expropiación de (parte) del tsn se impone en los países avanzados sin sustituir, o amenazar, la vigencia y la hegemonía económico-política del régimen dominante de producción de plusvalía relativa*” (VALENCIA, 2018) – questão esta que não significa que a superexploração seja sinônimo de mais-valia absoluta, mas ressalta diferenças entre sua aplicação nas economias.

No capitalismo avançado, se tem o que o autor chama de *Sft operativa*, que se desenvolve de acordo com o avanço do ciclo econômico, sobre hegemonia da mais-valia relativa; já no capitalismo dependente se trata de *Sft constituyente*, enquanto modelo hegemônico das relações de exploração e de trabalho, da produção de mais-valia absoluta e relativa, um mecanismo geral, fixo da relação capital e trabalho. (VALENCIA, 2018)

Observa-se que, Claudio Katz ao postular uma teoria da dependência sem SFT, o que ele faz é promover um descolamento da SFT enquanto categoria para a ideia de séries salariais; uma vez que acredita que a compreensão de “escalas de remuneração” seria mais eficaz para o entendimento do capitalismo dependente, ou seja, observando os níveis salariais seria o suficiente para compreensão da dinâmica neoliberal a nível global. (VALENCIA, 2018). Assim, Katz dispensa a superexploração, alegando que a dependência, suas especificidades e o atraso pode ser entendida sem esta categoria.

Acerca desta compreensão, Sotelo frisa que a superexploração da força de trabalho, acarreta em uma proporção salarial em que o grau médio desta remuneração já se encontra abaixo do valor da força de trabalho, não sendo só uma questão de baixos salários, ou salários menores, mas de violação do valor da força de trabalho e redução do fundo de consumo. Sotelo destaca que está de acordo com análise de Katz que existem diversos níveis salariais para a força de trabalho no mundo globalizado, porém, discorda que esta simples estimativa seja suficiente para entender o processo de superexploração e sua ampliação às economias centrais.

Conclusivamente, o que se entende é que o ato de Katz reivindicar uma teoria da dependência sem superexploração, exigindo uma “*atitude teórica mais aberta*” (VALENCIA,

2018); é um tipo de perspectiva e ideia que abre caminho para a diluição da TMD, uma vez que a superexploração da força de trabalho constitui um de seus fundamentos centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo este estudo entendendo que as formulações da TMD são de suma importância para elucidar e compreender a realidade atual do nosso país e continente, bem como a sua inserção-localização em caráter dependente na economia mundial a partir de uma perspectiva histórica.

Tomando por referência o dossiê elaborado por Bichir, Gouvea e Rocha (2016), percebe-se que as obras de Marini – autor mais pertinente e utilizado neste estudo entre os pioneiros das formulações da TMD acerca da dependência – permanecem com expressiva vitalidade, na medida em que: estes estudos nos dão capacidade de visualizar especificidades e particularidades da América Latina, compreendendo sua inserção desigual sem desconectá-la das determinações mais fundamentais do capitalismo a nível mundial.

Diante um momento de ofensiva burguesa e aprofundamento do neoliberalismo, as reflexões, proposições e formulações nas quais se fundamenta a TMD são de extrema importância para analisar este contexto, pois leva em consideração categorias indispensáveis, sem as quais a riqueza e importância das análises se perde. Representa um marco teórico que tem suma relevância para pesquisadores, para a academia e organizações políticas.

Tomando como referência o artigo: *“LA IMPORTANCIA DE DIALÉCTICA DE LA DEPENDENCIA PARA EL ACTUAL RESCATE CRÍTICO DE LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA”*, de autoria de Marcelo Carcanholo – é evidente que as formulações da TMD tem a mesma importância que teve no passado, no que se refere ao entendimento do cenário atual.

Na medida em que a condição de dependência é aprofundada, é necessário que se faça um resgate desta teoria, uma recuperação de seus fundamentos para que se faça uma articulação entre as categorias já explicitadas pelos autores clássicos com as particularidades do capitalismo dependente na contemporaneidade. Esta ideia não significa tomar os estudos de Marini como um manual, mas sim, elucidar um caminho de compreensão da dependência que respeite-considere as especificidades do atual estágio do capitalismo dependente.

De fato, é preciso entender que a dependência não se expressa do mesmo jeito que na época estudada por Marini, contém especificidades que são da contemporaneidade, porém, na perspectiva de entendimento que defendo, entende-se que as estruturas abordadas pelo autor ainda permanecem vigentes e por isso a importância de suas formulações.

É preciso que se entenda a conexão existente entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entender que as estruturas do capitalismo dependente são modificadas em função da necessidade e condicionamento para atender as exigências imperialistas; exacerbando um movimento onde as economias se desenvolvem de formas distintas, desigual, porém, de forma articulada. Algumas economias com desenvolvimento mais rápido, outras, de forma atrasada; umas de forma “autônoma”, e outras de forma subordinada, condicionada a se desenvolver a partir do desenvolvimento de outra; uma economia se reproduz de forma limitada e imbricada à reprodução de outra.

Cabe destacar, que na dinâmica de acumulação uma parte do valor excedente produzido nas economias dependentes não é apropriada por ela, mas sim, transferida para as economias centrais, representando um movimento de troca desigual; movimento que se perpetua na atualidade.

Como já mencionado ao longo deste estudo, para recuperar este déficit, as economias recorrem à superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação, criando estruturas específicas para estas regiões, ou seja, a SFT representa uma saída que a economia dependente assume e requer para ter condições de se manter nas relações comerciais globais. Neste movimento, além do pagamento abaixo do valor da força de trabalho, aumenta-se a exploração física do trabalhador.

Nesta perspectiva de pensamento, apoiado nas reflexões de Carcanholo, entende-se que na atualidade do capitalismo dependente, o cenário é de aumento dos problemas sociais. O desenvolvimento das economias centrais exige mais produtos a serem exportados pelas economias dependentes, uma vez que cria novos mercados externos, ou seja, há uma elevação do movimento de troca desigual, o que faz com que a economia dependente – que vê na SFT a única saída para compensar a perda – eleve o processo de maior exploração do trabalhador; criando novas especificidades de acordo com as exigências do cenário contemporâneo.

As crises, que são cíclicas e estruturais do modo de produção capitalista acentuam a condição de dependência e o processo de SFT. Dessa forma, é preciso recuperar as categorias formuladas pela TMD para compreender o cenário atual e suas situações específicas; bem como a essência das crises contemporâneas e como o domínio das economias centrais sobre as economias dependentes se expressa na atualidade.

As concepções de Marini são utilizadas a fim de analisar a realidade da América Latina, buscando elucidar o caminho para diversas lutas, movimentos que pensam a transformação societária não só como algo importante, mas também executável, capaz de ser realizada.

Trazendo como referência o texto “*Marini y la cuestión del Estado*”, de Mateo Crossa e Iván López, observa-se que: ao entender a condição de dependência, se pode pensar na relação existente entre o campo econômico e político, ficando evidente que no terreno latino americano se manifesta um poder político específico, voltado às exigências do imperialismo; um poder político que reproduz a condição de subordinação, que contribui significativa e estruturalmente para a reprodução da posição-condição subordinada e dependente da América Latina na economia mundial.

Os estudos da TMD nos ajudam a observar que mesmo na atualidade, ainda é evidente a existência de um Estado que exerce um domínio de classes; se manifestando enquanto um instrumento coercitivo, que busca promover a violência concentrada e a desarticulação dos movimentos da classe trabalhadora. Nota-se uma burguesia que não busca alterar as estruturas do capitalismo dependente, reassumindo ano após ano a posição de subordinação, reafirmando a dependência, de certa forma adequando a dependência ao cenário contemporâneo.

Nesta perspectiva, entende-se que as economias dependentes não se desenvolvem no sentido de superação da condição de dependência, ou seja, não geram mais valor para superar esta condição, mas sim, um valor excedente ainda voltado à exportação, para atender aos interesses externos, mais valor que é gerado por meio da violação do valor da força de trabalho e que será apropriado pelo capital estrangeiro, constituindo assim uma economia que ocupa uma posição específica, desigual, na qual permanece e deverá permanecer.

O que se tem no cenário atual é uma ofensiva do capital internacional sobre os países latino-americanos; um movimento de elevação da abertura comercial e aumento das exigências de alterações nas estruturas de trabalho; procedimento este, que aumenta a exploração do trabalhador nas economias dependentes a fim de garantir o processo de acumulação, concentração e centralização do capital a nível mundial. Tem-se, sob o argumento de uma ‘tentativa de sair da crise econômica’, na América Latina, um aprofundamento da SFT e da desintegração dos movimentos e das demandas da classe trabalhadora.

É nesta lógica de raciocínio que os estudos da TMD, de Marini especialmente, ganham vitalidade e relevância; sendo um método de entendimento e compreensão que auxilia, além da compreensão da estrutura e contexto econômico, na organização de estratégias para as lutas e projetos populares.

Na obra “*Proceso y tendencias de la globalización capitalista*”, escrita por Marini; o autor destaca algumas características do capitalismo a nível mundializado, que tem o processo de globalização em estado de avanço. Trata-se, segundo o autor, de um capitalismo que apresenta alterações nas estruturas da sociedade, modifica as relações ideológicas, políticas e

sociais, exercendo também modificações no padrão dos valores; manifestando-se como um sistema que caminha sempre com o intuito de vencer as fronteiras existentes na esfera da circulação e consumo (MARINI, 2008).

Nesta fase ocorre uma elevação constante do processo de urbanização, que está imbricado não só a um aceleração do processo de transmissão do conhecimento, mas também a uma regularização das formas de comportamento. Neste movimento, padronizam-se e homogeneízam-se os modelos de pensamento, que são específicos e funcionais à ordem capitalista.

Acontecem transformações na administração do capital, nos salários e no universo dos empregos, que cada vez mais adquirem novos níveis e formatos. O processo de globalização articula uma enorme capacidade de produção e crescimento com um desemprego maciço, demissões e subcontratação; como por exemplo no processo de terceirização, que muitas vezes isentam as empresas de arcar com os benefícios sociais, direitos trabalhistas aos empregados, reafirmando a premissa da SFT no mundo contemporâneo.

A dinâmica de flexibilização do trabalho e hierarquização dos trabalhadores pelos seus níveis de qualificação, impõem uma lógica de reprodução deste sistema no qual o trabalhador se encontra comprimido a se submeter às mais árduas exigências de trabalho, uma vez que este necessita de seu emprego. *“De lo que se trata, ahora, es de la participación del trabajador en un verdadero ejército industrial globalizado en proceso de constitución, en función del grado de educación, cultura y calificación productiva de cada uno”* (MARINI, 2008)¹⁰.

Existe de fato um avanço tecnológico, porém este ocorre de forma restrita; uma ciência monopolizada pelas economias centrais, questão esta que na contemporaneidade acaba por reforçar o caráter dependente da América Latina. Outra questão que também acentua a dependência, é a extensão de indústrias para todo o globo, movimento este que aumenta as concorrências mundiais e estende o processo de SFT.

Marini (2008) destaca que é importante não perder de vista que o neoliberalismo e as políticas que fundamentam esta concepção, reproduzem uma ideologia comum; porém, estas mesmas diretrizes reproduzem resultados divergentes nas diversas economias. Mais precisamente, na América Latina, o que se tem neste cenário de capitalismo global é uma precarização das políticas de desenvolvimento, de educação, do trabalho e dos salários, além

¹⁰ Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/089_globalizacion_capitalista.html

de um afastamento da população da esfera de consumo e produção, do movimento de realização dos bens.

De forma conclusiva para este estudo, no que diz respeito mais diretamente à categoria superexploração da força de trabalho, acreditamos que esta se trata de uma especificidade do capitalismo dependente, seus fundamentos até poderiam já ter sido visualizados por Marx, mas somente como uma possível maior exploração do trabalhador, e não enquanto uma característica sistêmica, fixa de uma economia, estrutural, não como uma violação direta do valor da força de trabalho; ou seja, não foi uma categoria trabalhada por Marx.

Entender o capitalismo dependente, exige entender particularidades de um capitalismo que se desenvolve a partir de outro contexto histórico, de uma forma peculiar, já subordinada, ocupando uma posição específica, fundado sobre outro modelo de exploração da força de trabalho.

Dessa maneira, entende-se que a superexploração da força de trabalho instaura-se na economia dependente como um mecanismo já pré-definido, ou melhor, já pensando e elaborado para promover uma extração de mais-valor que não será voltado para o atendimento das necessidades e demandas internas, mas sim, será voltado ao atendimento de necessidades externas, atendimento de demandas das economias centrais; um movimento que torna a América Latina uma espécie de “economia de sucção”.

Este mecanismo age de forma estrutural, permanente, o que influencia na constituição de uma sociedade com particularidades, já que este fenômeno perpassa não só as estruturas econômicas, mas também esbarra nas dimensões políticas, sociais e ideológicas, de fato, compondo um modelo de capitalismo distinto, peculiar, *sui generis*.

Buscando conectar o debate desta categoria à contemporaneidade, o que observo é um aumento da superexploração da força de trabalho. Melhor dizendo, nota-se um aumento do grau de intensidade do trabalho e um prolongamento da jornada de trabalho; além do fato de que, o ataque aos salários e o seu nível médio ainda permanecendo baixo – sendo uma remuneração que apesar de representar um novo cenário, ainda não acompanha os avanços tecnológicos – são questões que continuam reforçando a perspectiva de violação do valor da força de trabalho.

Entretanto, cabe destacar que no atual momento histórico, onde se manifesta uma ofensiva burguesa, um aprofundamento do neoliberalismo e das ideias de mundialização do capital, a superexploração da força de trabalho não aparece somente de forma escancarada e rompendo a vida dos trabalhadores, ela aparece também de forma mascarada, oculta, escondida por traz de novos discursos que estimulam o individualismo e a competitividade.

O aumento da intensidade e a extensão da jornada de trabalho, aparecem na cena contemporânea ligadas a discursos de polivalência, de empenho, de dedicação. Discursos que atuam como uma espécie de “medidor”, sendo capaz de promover uma elevação ou diminuição do “status social”, ou “status de trabalho” de um indivíduo. Este movimento acarreta uma violenta competitividade entre os trabalhadores, os fazendo esgotar até o máximo que podem a sua força de trabalho a favor do capital; sendo obrigados a sujeitarem-se completamente à SFT, que neste cenário aparece como algo “bom”, como sinônimo de boa vontade, de capacidade individual, como se uns fossem bons e outros ruins, preguiçosos.

Imbricada ao contexto acima descrito, de escamoteio da SFT, entendemos que o que realmente ocorre é a violação do valor da força de trabalho de forma explícita. O valor médio ainda permanece abaixo do que seria o necessário para o trabalhador se reproduzir em condições não desumanas. Os trabalhadores, a classe trabalhadora da América Latina ainda é mantida vedada, debilitada na esfera do consumo, pois, à medida em que os anos passam, continuam acessando os bens somente de forma restrita, difícil, de uma forma que não acompanha o desenvolvimento tecnológico mundial, cabendo a estes trabalhadores acessar bens que nas economias centrais já são obsoletos; ou em alguns casos, conseguindo acessar pouquíssimos bens que os indivíduos acessam facilmente e em abundância nas economias imperialistas. Destaca-se que quando conseguem tal acesso, tem que optar por abrir mão de outros infinitos bens materiais e sociais, e entrelaçam-se à estrutura de dívidas bancárias, endividamento pessoal, familiar.

Assim, entendemos no que diz respeito à extensão da categoria SFT a outras economias, às economias imperialistas, centrais que o cenário contemporâneo demonstra cada vez mais a busca desenfreada pela elevação das taxas de lucro por parte dos capitalistas e grandes organizações; cada vez mais estes desejam manter ou elevar seus monopólios, questões estas que reforçam, estimulam a competitividade, a concorrência e a condição e dependência entre economias.

A fim de garantir este processo, garantir a acumulação, o capital necessita aumentar a exploração da força de trabalho, questão esta que de fato pode promover uma generalização-expansão da superexploração para outras economias, inclusive nas imperialistas; entretanto, esta extensão ocorre dentro de outro contexto econômico, político, social, e ideológico, atingindo menor parte dos trabalhadores e em um contexto de maior acesso à esfera de consumo, de hegemonia da mais valia relativa e avanços tecnológicos, de serviços públicos com melhor qualidade, sobre salários que até podem estar sendo violados, mas apresentam um valor mais próximo do real; enfim, sobre uma estrutura de uma economia voltada para o

desenvolvimento interno e não externo, que tem sua produtividade e ações políticas concentradas, direcionadas para o atendimento das demandas da população local e do capital ali presente, e que absolutamente não são historicamente condicionadas e sucumbidas ao atendimento das demandas e interesses do capital internacional, como é o caso das economias dependentes, portanto, reafirma-se que a SFT é uma particularidade do capitalismo dependente.

Finalizamos este estudo com o entendimento de metodologicamente ter alcançado os objetivos definidos, no entanto, apontamos que, por reconhecer a SFT enquanto uma categoria, e que uma categoria está condicionada, é conformada a partir da realidade em movimento, isto é, deve ser analisada a partir do contexto que se apresenta e se conforma, sem dogmatismos ou definições pré-definidas e imodificáveis, reconhecemos que as linhas anteriores trazem reflexões e posições que podem e devem ser refletidas, compreendidas, questionadas -refutadas ou reafirmadas. A alternativa a ser assumida pelos futuros leitores deste estudo, se dará no decorrer da história.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERTOLLO, Kathiuga. **Mineração e superexploração da força de trabalho: Análise a partir da realidade de Mariana-MG.** 2017

BICHIR, Maíra. GOUVEA, Marina. ROCHA, Mirella. **Dossiê: A atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini.** Cadernos Cemarx, nº9, 2016

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília. Ipea, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo. **La importância de dialéctica de la dependencia para el actual rescate crítico de la teoría marxista de la dependencia.** Disponível em: <https://www.academia.edu/22603261/LA_IMPORTANCIA_DE_DIAL%C3%89CTICA_DE_LA_DEPENDENCIA_PARA_EL_ACTUAL_RESCATE_CR%C3%8DTICO_DE_LA_TEO%C3%8DA_MARXISTA_DE_LA_DEPENDENCIA>. Último acesso em: 12/11/2019

CORRÊA, Hugo. CARCANHOLO, Marcelo. **Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx ? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido.** Revista da sociedade brasileira de economia política, 2016.

COYUNTURA, Cronicon. **Hacia una renovación del paradigma de la Teoría de la Dependencia. Entrevista con Claudio Katz.** Disponível em: <<http://cronicon.net/wp/hacia-una-renovacion-del-paradigma-de-la-teoria-de-la-dependencia/>>. Último acesso em: 02/11/2019

KATZ, Claudio. **Aciertos y problemas de la superexplotación.** Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPEREXPLORACION.pdf>>. Último acesso: 12/11/2019

KATZ, Claudio. **Controversias sobre la superexplotación.** Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/b2-img/CONTROVERSIASSOBRELASUPEREXPLORACION.pdf>>. Último acesso em: 12/11/2019

LUCE, Mathias. **A superexploração da força de trabalho no Brasil.** São Paulo: Revista Soc. Bra. Economia Política, n° 32, 2012

LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias — uma visão histórica.** / Mathias Seibel Luce. --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2018.

MARX, KARL. **O capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4289001/mod_folder/content/0/3.%20Teoria%20da%20Depend%C3%Aancia/3.1%20MARINI%2C%20Ruy%20Mauro.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia.pdf?forcedownload=1>. Último acesso em: 04/12/2019

MARINI, Ruy. **Proceso y tendencias de la globalización capitalista.** Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/089_globalizacion_capitalista.html1>. Último acesso em: 04/11/2019

MARTINS, Carlos. **O legado de Ruy Mauro Marini para as Ciências Sociais: a economia política do capitalismo dependente.** Cadernos Cemarx, n°9, 2016

MARTINS, Carlos. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília. Ipea, 2013.

NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NASCIMENTO, Carlos. DILLENBURG, Fernando. SOBRAL, Fábio. **Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O Capital (livro 1) de Marx.** Revista da sociedade brasileira de economia política, 2015.

OSORIO, Jaime. **Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente.** CEC Año 4, N° 8, 2018

OSORIO, Jaime. **Cuestiones epistémicas en el análisis de la dependencia y del capitalismo dependiente.** Disponível em: <<https://www.rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/456/770>>. Último acesso em: 12/11/2019

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília. Ipea, 2013.

OSORIO, Jaime. **Los avatares de una nueva interpretación sobre el subdesarrollo y la dependencia.** Disponível em: < <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=2942>>. Último acesso em: 12/11/2019

OSORIO, Jaime. **Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179518/Cr%C3%ADtica%20a%20Katz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso em: 12/11/2019

OSORIO, Jaime. **¿Renovación de la Teoría marxista de la dependencia o esbozo de una nueva teoría?**. Disponible em: < <https://www.rebelion.org/noticia.php?id=244281>>. Último acceso em: 12/11/2019

OVALLE, Iván. NIELL, Mateo. **Marini y la cuestión del Estado**. Cadernos Cemarx, nº9, 2016

SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência — balanço e perspectivas**. Theotonio Dos Santos. Obras escolhidas. V.1. Florianópolis: Insular. Rediçãõ ampl. e atual. 2015.

VALENCIA, Adrián. **Crítica a la crítica de Katz a Marini: ¿ Una teoria de la dependência sin superexplotación? Mejor una teoria de la dependência com superexploración revisitada y actualizada**. Disponible em: <<http://www.rebelion.org/docs/235669.pdf>>. Último acceso em: 12/11/2019

VALENCIA, Adrián. **Insistiendo em una teoria de la dependência sin superexplotación. Los caminos de su disolución**. Disponible em: <<https://www.rebelion.org/noticia.php?id=239965>>. Último acceso em: 12/11/2019